

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GUILHERME GEREMIAS DA CONCEIÇÃO

**REVOLUÇÃO E CONSTRUÇÃO DO ESTADO NA ÁSIA CENTRAL: O CASO DO
UZBEQUISTÃO**

Porto Alegre

2022

GUILHERME GEREMIAS DA CONCEIÇÃO

**REVOLUÇÃO E CONSTRUÇÃO DO ESTADO NA ÁSIA CENTRAL: O CASO DO
UZBEQUISTÃO**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Conceição, Guilherme Geremias da
Revolução e Construção do Estado na Ásia Central: O
Caso do Uzbequistão / Guilherme Geremias da Conceição.
-- 2022.
73 f.
Orientador: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Relações Internacionais. 2. Construção do
Estado. 3. Política externa. 4. Continente Asiático.
5. Uzbequistão. I. Danilevicz Pereira, Analúcia,
orient. II. Título.

GUILHERME GEREMIAS DA CONCEIÇÃO

REVOLUÇÃO E CONSTRUÇÃO DO ESTADO NA ÁSIA CENTRAL: O CASO DO UZBEQUISTÃO

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora, UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Granato – UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – UFRGS

Ao povo da República do Uzbequistão.

AGRADECIMENTOS

À República Federativa do Brasil e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dedico meus mais sinceros agradecimentos, sobretudo, ao ensino público de qualidade e à formação exemplar como cidadão e como profissional. Agradeço, também, por me fornecer as ferramentas necessárias para produzir pesquisa, ciência e conhecimento e por contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais esclarecida e ativa.

Este trabalho também é dedicado aos professores do curso de graduação em Relações Internacionais. Em especial, agradeço aos professores Analúcia Danilevitz Pereira, Leonardo Granato e Paulo Fagundes Visentini pelos ensinamentos proporcionados e por terem aceitado o convite para avaliar esta monografia. À professora Analúcia Pereira, registro meu agradecimento por ter acolhido a orientação desta pesquisa e por acreditar em meu potencial enquanto estudante de Relações Internacionais. Igualmente agradeço ao professor Paulo Visentini por me co-orientar neste trabalho e pelo constante incentivo de pensar o mundo de maneira crítica. Assim, agradeço pelas oportunidades, pelas conversas e debates em sala de aula e nos restaurantes próximos à UFRGS, pela inspiração e por estimular a pesquisa e a busca do conhecimento junto aos estudantes do curso.

Dedico ainda o presente trabalho aos colegas internacionalistas e aos grupos de pesquisa da Universidade que integrei durante a graduação, o Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) e o Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT). Aos meus amigos, aqueles de longa data ou aqueles que surgiram em meu percurso universitário, aos que conviveram quase que diariamente comigo ou que, mesmo distantes, se fizeram presentes, dedico igualmente minha gratidão. Nomeadamente, gostaria de registrar meu carinho ao Bruno, à Camila, à Carol, à Gabriela, ao Henrique, ao João, à Joice, à Luana, à Luiza, à Maira e à Poliana. A todos vocês, agradeço pelo apoio recebido e pela amizade. Tenho certeza que esse afeto se manterá aceso por muitos anos.

Por fim, aos meus dindos, tios, avós e demais familiares, deixo registrado meu agradecimento por acreditarem em meu potencial. Acima de tudo, agradeço aos meus pais, Cláudia e Paulo, pelo amor, companheirismo e pelo esforço em garantir uma educação exemplar para mim e para minha irmã, Maria Luiza. Especialmente, agradeço à minha melhor amiga e parceira de todas as viagens, Karolayne, por sempre estar por perto quando precisei de apoio, pelos conselhos e por possibilitar a realização dos meus sonhos. És a minha bússola. Eu não estaria aqui se não fosse por vocês. A todos, meu mais sincero obrigado.

Qaramlikda dan, asirlikdan ozod
Mening rahbarim ilm, payg'ambarim bilim
Mening yordamchilarim miyam va tilim.

*Livre da dependência, da servidão
Meu guia é ciência, meu profeta é conhecimento
Meus ajudantes são meu cérebro e minha língua.*

Abdurauf Fitrat

RESUMO

O presente trabalho objetiva investigar o processo de construção do Estado na Ásia Central, analisando o caso do Uzbequistão e apontando as características de sua inserção internacional pós-1991. Estabelece-se a hipótese de que, por meio da Revolução Russa (Bolchevique) de 1917 foram forjadas estruturas que impulsionaram e conceberam o projeto nacional que originou o Uzbequistão moderno. Além disso e, a partir da hipótese proposta, argumenta-se que o início da Ásia Central soviética não pode ser entendido como um caso colonial. Para tanto, será elaborado um conceito de Revolução que possibilite estabelecer uma relação com seus efeitos internacionais e que entenda os eventos revolucionários enquanto mecanismos para a formação de Estados. Desse modo, a pesquisa se justifica tanto pela proposta de investigar um assunto pouco tratado na literatura, quanto pela ascendente importância de desmistificar perspectivas ocidentais acerca da temática e produzir material em língua portuguesa, popularizando o conhecimento a respeito deste tópico. A metodologia se baseia na revisão bibliográfica de um arranjo de fontes acerca da história da Ásia Central e sua experiência revolucionária com vistas a análise integral do tema, partindo do estudo do caso uzbeque.

Palavras-chave: Ásia Central. Revolução. Uzbequistão. URSS. Nacionalismo.

ABSTRACT

The present work aims to investigate the process of state-building in Central Asia through the case of Uzbekistan and to point out the characteristics of its post-1991 international insertion. The hypothesis is established that, through the Russian Revolution (Bolshevik) of 1917, structures were forged that boosted and conceived the national project that gave rise to modern Uzbekistan. Furthermore, and from the proposed hypothesis, it is intended to conclude that the beginning of Soviet Central Asia cannot be understood as a colonial affair. For that, a concept of revolution will be elaborated that makes it possible to establish a relationship with its international effects and that understands the revolutionary events as mechanisms for the formation of states. Thus, the research is justified both by the proposal to investigate a subject little addressed in the literature and by the growing importance of demystifying western perspectives on the subject and producing material in Portuguese, thus popularizing knowledge about this topic. The methodology is based on the bibliographic review of Central Asia's history and its revolutionary experience with an analysis of the theme starting from the Uzbek case.

Keywords: Central Asia. Revolution. Uzbekistan. USSR. Nationalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa político e físico da Ásia Central	9
Figura 2 – Mapa do Turquestão russo (1865-1917)	30
Figura 3 – Mapa do Turquestão Revolucionário (1920-1924)	38
Figura 4 – Mapa da Ásia Central Soviética e da delimitação nacional uzbeque (1924-1929).44	
Figura 5 – Comissão para a Reforma Agrária e Hídrica, Tashkent (1926)	51
Figura 6 – Mulheres queimando véus durante o <i>hujum</i> , Andijan (8 de março de 1927)	51
Figura 7 – Deputadas representando a República do Uzbequistão em uma sessão do Conselho eleito (1940)	52
Figura 8 – Operária na indústria química de Chirchik (1960)	52
Figura 9 – Dança realizada pelo Coletivo “ <i>Bakhor</i> ”, Bukhara (1967)	53
Figura 10 – Exterior do Museu V. I. Lênin, Tashkent (1970)	53
Figura 11 – Crianças lendo em Samarkand (n.d.)	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BKP – Partido Comunista de Bukhara
- BNSR – República Popular Soviética de Bukhara
- BRI – *Belt and Road Initiative*
- CEI – Comunidade dos Estados Independentes
- CSTO – Organização do Tratado de Segurança Coletiva
- EUA – Estados Unidos da América
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GUAM – Organização para a Democracia e o Desenvolvimento Econômico
- HT – *Hizb-ut-Tahrir*
- IMU – Movimento Islâmico do Uzbequistão
- KhNSR – República Popular Soviética de Khorezm
- KPT – Partido Comunista do Turquestão
- KPUz – Partido Comunista do Uzbequistão
- NEP – Nova Política Econômica
- OEF – Operação *Enduring Freedom*
- OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PCR – Partido Comunista Russo
- POS DR – Partido Operário Social Democrata Russo
- RASST – República Autônoma Soviética Socialista do Turquestão
- RSS – República Socialista Soviética
- RSSFR – República Socialista Federativa Soviética da Rússia
- RSSUz – República Socialista Soviética Uzbeque
- SCO – Organização para Cooperação de Xangai
- UE – União Europeia
- UEE – União Econômica da Eurásia
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVOLUÇÃO, ESTADO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS (URSS)	14
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: O QUE É REVOLUÇÃO?	14
2.2 AS REVOLUÇÕES E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	17
2.3 O PAPEL DAS REVOLUÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO SÉCULO XX E A FORMAÇÃO DA UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS (URSS).....	19
3 DO TURQUESTÃO AO SISTEMA DE ESTADOS FEDERADOS: A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA SOCIALISTA SOVIÉTICA DO UZBEQUISTÃO (RSSUz).....	27
3.1 A REGRA COLONIAL RUSSA E O IMPERIALISMO À CZAR	27
3.2 A INTELLIGENTSIA NACIONAL DA ÁSIA CENTRAL, O TURQUESTÃO REVOLUCIONÁRIO E A FORMAÇÃO DAS REPÚBLICAS POPULARES SOVIÉTICAS DE BUKHARA E KHOREZM	33
3.3 O PROJETO DE DELIMITAÇÃO DAS FRONTEIRAS NACIONAIS E A CONSTRUÇÃO DO UZBEQUISTÃO MODERNO	39
4. DA EXPERIÊNCIA SOCIALISTA À INSERÇÃO GLOBAL PÓS-1991: CENÁRIOS E DESAFIOS	46
4.1 O UZBEQUISTÃO SOVIÉTICO: NAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EMANCIPAÇÃO	46
4.2 O DESAFIO DA TRANSIÇÃO: RUPTURAS OU CONTINUIDADES?	54
4.3 NOTAS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA UZBEQUE E SUA INSERÇÃO GLOBAL.....	57
5. CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	67

1 INTRODUÇÃO

Situada entre os territórios orientais do Mar Cáspio e as montanhas de Altai, a Ásia Central pode ser estudada como o percurso que liga o interior do continente asiático às fronteiras ocidentais chinesas, de oeste a leste, e o território atual da Rússia ao Afeganistão, de norte a sul respectivamente. Pode-se ainda localizar a região no mapa como sendo a contentora dos “cinco *Stãos*”, as ex-repúblicas soviéticas do Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão¹.

Para Svat Soucek (2000), a Ásia Central se caracteriza, em termos geográficos, por três grandes particularidades, quais sejam (I) o cinturão de estepes que se estabelece latitudinalmente, de leste a oeste, do final da zona de bosques na Manchúria aos campos do Leste Europeu, (II) a zona de florestas da taiga siberiana, e (III) uma linha de cadeias montanhosas que ligam o Mar Negro à China de oeste a leste, se reunindo na região da cordilheira do Pamir e abrigando um conjunto de rios, que, na maior parte das vezes, fluem para o oceano ártico desembocando em lagos locais ou evaporando em áreas desérticas (SOUCEK, 2000).

¹ Localizado no coração da Ásia Central, o Uzbequistão é o único Estado centro-asiático que compartilha fronteiras com todos os demais países da região, nomeadamente o Cazaquistão (norte), o Quirguistão (leste), o Tadjiquistão (sudeste), o Turcomenistão (sudoeste) e o Afeganistão (sul). Apesar de possuir um território reduzido, o país detém a maior população da Ásia Central (com grupos étnicos uzbeques presentes também nos territórios vizinhos) e mesmo não acedendo diretamente aos mares, podemos considerar que o caráter “isolacionista” geralmente atribuído ao Uzbequistão, na realidade é enganoso, sendo este responsável por congregar todos os centros históricos, culturais e políticos da Ásia Central.

FIGURA 1: MAPA POLÍTICO E FÍSICO DA ÁSIA CENTRAL



Fonte: Adaptado pelo autor de Openstreetmap.org (2018).

Ainda que um extenso histórico sobre a formação territorial uzbeque não esteja no centro deste trabalho, vale dizer que o país hoje abriga parte da região histórica da Transoxiana, um reduto das populações sedentárias² da Ásia Central (RODRIGUES, 1999). Essa área do atual Uzbequistão, que durante o Império Russo foi conhecida por “Turquestão”, é localizada entre os desertos do complexo montanhoso descrito no parágrafo anterior, e reuni o curso dos rios Amu Darya e Syr Darya, que cercam vales fluviais e oásis habitáveis, como o fértil Vale de Farghana. Dessa forma, enquanto a configuração do território setentrional possibilita o crescimento de pastagens típicas das estepes, essenciais para a criação de grandes rebanhos, no sul, caracterizado pelos desertos Ust Urt, Kara Kum e Kyrzil Kum, as planícies são áridas e os solos férteis estão exclusivamente meandrados aos rios da região (HILDINGER, 2001).

² Segundo Rodrigues (1999), a constituição socio-geográfica da Ásia Central, bem como o estabelecimento de suas primeiras organizações estatais, foram fruto de uma série de intensas fusões culturais e sociais iniciadas ainda na Antiguidade entre as populações nômades e sedentárias locais e do entorno territorial centro-asiático.

Esta característica fez com que a Transoxiana sediasse grandes cidades e assentamentos históricos, incluindo os principais itinerários da Rota da Seda, como Bukhara, Khiva e Samarkand (HAMBLY, 1985). A posição de “ponte” entre Ocidente e Oriente fez com que, ainda na Antiguidade e na Idade Média, a região fizesse parte de grandes Impérios, como o Aquimênida (550-330 a.C.), o Macedônico (336-323 a.C.), o Árabe (século VI ao VIII) e o Mongol (século XIII ao XIV), além de viabilizar a construção de estruturas inteiramente regionais, como foi o caso do Estado Greco-Bactriano (250-125 a.C.), do Império Kuchano (105 a.C - 250), dos inúmeros impérios confederados nômades de origem turca³ (século V e XIII) e do Império Timúrida (século XIV e XV) (RODRIGUES, 1999).

Basta dizer que, embora não exista uma ligação direta entre o governante turco islâmico Amir Timur e o surgimento das primeiras tribos turco-islamizadas autodeclaradas “uzbeques” na região, as lembranças dos anos dourados timúridas se fazem presentes até hoje no imaginário popular do Uzbequistão e estão atreladas ao seu nacionalismo emergente. Pode-se dizer que, ao contrário de sua contraparte cazaque, os nômades uzbeques se estabeleceram como uma sociedade agrícola em Bukhara e Khiva e tão logo, se consideravam os últimos bastiões do sedentarismo e do Islã na Ásia Central. Apesar de difusa, esta identidade reuniu expressões de arte associadas à herança das civilizações árabe-persas à língua turca Chaghatay⁴ e às tradições orais dos pastores nômades (HILDINGER, 2001).

A importância da Ásia Central para a política internacional, sobretudo a região que hoje se encontra o Estado uzbeque, não se restringiu apenas às dinâmicas do Antigo Sistema Mundial e às rotas terrestres cultural e econômica entre o continente asiático e europeu. No século XX, o geoestrategista britânico Halford Mackinder, ao teorizar sobre a “área pivô” e, posteriormente, sobre a *Heartland* na obra *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction*, revitalizou a importância estratégica da região. Para Mackinder (1919), o Estado que dominasse a Ásia Central possuiria uma grande facilidade de se expandir em diversas direções, tornando-se um Estado terrestre e marítimo e, em última instância, dominando o mundo.

³ A exemplo dos Impérios Hephthalita (séculos V e VIII), Turco Göktürks (séculos VI e VIII), Kara-Khanida e Kara Khitai (séculos IX e XIII) (GOLDEN, 2011).

⁴ A língua Chaghatay originou-se no Canato Chaghatay (século XIV e XV), uma estrutura política que surgiu após a fragmentação do Império Mongol e que, originalmente, se localizava em partes da Eurásia. O Canato, governado pelo segundo filho de Gengis Khan, foi motivo de inúmeras disputas e muitos Turcos e Tártaros, falantes da língua Chaghatay, reivindicaram ser descendentes do próprio Gengis, incluindo Amir Timur (ou Tamerlão), fundador do Império Timúrida. A língua, que floresceu junto à outras formas de arte e cultura durante o governo de Tamerlão, é hoje considerada o tronco ancestral do Uzbeque moderno (HILDINGER, 2001).

Outros estudos seguiram os de Mackinder e hoje pode-se considerar que dinâmica de poder no xadrez geopolítico centro-asiático é objeto de amplo debate no campo das Relações Internacionais, onde destacam-se as discussões acerca da dinâmica das relações contemporâneas entre os Estados dessa região com seu entorno geográfico e com as Grandes Potências do século XXI. Ademais, as reflexões concernentes à região, embora evidenciem os aspectos econômico-políticos e sua importância estratégica, carecem de subsídios históricos precisos e raramente partem de um entendimento aprofundado sobre os macroprocessos de longa duração que moldaram a trajetória do Estado centro-asiático, seu desenvolvimento nacional e sua cultura política.

Os poucos estudos que se debruçam sobre a questão nacional desses Estados tendem a cair na confortável narrativa de atribuir aos etnógrafos europeus, ou mesmo às mãos de Josef Stálin, a construção “artificial” e “arbitrária” dos contornos territoriais e culturais da região, comparando a administração soviética do início do século XX ao regime adotado pela Rússia Czarista em relação a estes povos em meados do século XIX. Logo, para o *mainstream*, a formação da identidade nacional das ex-Repúblicas Socialistas Soviéticas foi resultado de uma série de práticas imperialistas concebidas e executadas pela cúpula do Partido Comunista Russo sobre a Ásia Central, das quais a população nativa exerceu pouca ou mesmo nenhuma participação, sendo excluída do processo de edificação do Estado.

Pode-se citar as declarações de Olivier Roy (2000, p.101-117) que escreve sobre a “criação artificial de novas entidades nacionais” segundo critérios completamente arbitrários, em um processo no qual os soviéticos “se divertiram tornando o problema ainda mais complicado”; e Malise Ruthven (2004) que defende:

O potencial de solidariedade política entre os muçulmanos soviéticos foi atacado por uma política deliberada de dividir e governar. Os estados da Ásia Central de hoje devem sua existência territorial a Stálin. Ele respondeu à ameaça do nacionalismo pan-turco e pan-islâmico dividindo os territórios do Turquestão russo nas cinco repúblicas. [...] As políticas de Stálin exigiram que sutis diferenças de idioma, história e cultura entre esses povos fossem estabelecidas (RUTHVEN, 2004, p. 103).

Recentemente, após a horrível violência étnica em Osh e Jalalabat, em 2010, no Quirguistão, o *Economist* apresentou o mesmo argumento:

Após a revolução de outubro de 1917, novas repúblicas autônomas foram criadas. Em 1924, Stálin dividiu a região em diferentes repúblicas soviéticas. As fronteiras foram traçadas arbitrariamente, sem seguir linhas étnicas estritas ou mesmo as diretrizes da

geografia. O principal objetivo era combater a crescente popularidade do pan-turquismo na região e evitar possíveis atritos. Portanto, o Vale de Ferghana foi dividido entre Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão (THE ECONOMIST, 2010).

Ahmed Rashid (2002) opina que Stálin desenhou “divisões arbitrárias de fronteiras” e “criou repúblicas que tinham pouca lógica geográfica ou étnica”. Para o autor:

O ditador soviético Josef Stálin desenhou fronteiras que cortaram grupos étnicos e dificultou a formação de qualquer desafio coerente ao domínio soviético. Se você olhar para um mapa do Vale de Ferghana [...], as linhas febris que dividem os estados ziguezagueiam muito, parecendo um cardiograma de um coração acelerado! (RASHID, 2002, p.88).

Sobre a questão colonial soviética, Douglas Northrop (2004), que escreve:

como seu predecessor czarista, a URSS foi um império colonial [...] seu poder se expressava através de linhas de hierarquia e diferença que criavam, pelo menos teoricamente, centros distintos (metrópoles) e periferias (colônias), e embora possa não ter sido um clássico império ultramarino, a URSS teve uma estrutura política, econômica e militar algo comparável; uma agenda cultural paralela; e elites coloniais igualmente limítrofes (NORTHROP, 2004, p. 22).

A noção de que a “criação” do Estado na Ásia Central foi um caso clássico da tática de *dividir e conquistar* de um regime malévolo diante de uma população fortemente unida provou ser, infelizmente, extremamente resistente e imune a qualquer evidência histórica que comprove o contrário. Neste sentido, o objetivo geral desta monografia é investigar o processo de construção do Estado do Uzbequistão, partindo de um contexto mais amplo, da Ásia Central, e apontar as características de sua inserção internacional pós-1991. O primeiro objetivo específico (correspondente ao capítulo 2) consiste em estabelecer uma relação entre as Revoluções, o Sistema Internacional e a edificação de organizações estatais, analisando, primeiramente, o caso da URSS. O segundo objetivo específico (correspondente ao capítulo 3) estabelece-se no estudo dos impactos da Revolução Russa de 1917 no Turquestão e os impulsos para a construção do Estado uzbeque. O terceiro e último objetivo específico (correspondente ao capítulo 4) pretende avaliar o desenvolvimento do país durante e após sua experiência socialista. Além disso, busca-se testar a hipótese que interpreta o surgimento do Uzbequistão enquanto um fenômeno nacional impulsionado pela Revolução Russa (Bolchevique) de 1917 e pelos projetos de sua *intelligentsia* nacionalista. Sobretudo, espera-se chegar à conclusão que o início da Ásia Central soviética não pode ser entendido como um caso colonial.

Propõe-se uma metodologia qualitativa e que confere maior destaque à análise histórica e bibliográfica. Para fins metodológicos é importante ressaltar que a escolha do caso do Uzbequistão em detrimento dos demais Estados centro-asiáticos se deu por consequência das particularidades que o colocam em destaque, algumas delas descritas no início deste capítulo, como (I) o clima, qual viabilizou a agricultura e, conseqüentemente, o assentamento dos povos da região, (II) as primeiras experiências estatais da Ásia Central, polos da antiga Rota da Seda, (III) o surgimento de uma classe política e de uma *intelligentsia* nacionalista organizada e (IV) a maior população da região. Ademais, salienta-se que os resultados encontrados neste trabalho não objetivam, em um primeiro momento, generalizar as explicações acerca da construção do Estado na Ásia Central, mas sim investigar um caso específico.

2 REVOLUÇÃO, ESTADO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS (URSS)

Neste primeiro capítulo pretende-se analisar a origem do conceito “revolução” e seu significado. Busca-se identificar as características deste termo e sistematizar um conceito próprio de revolução, a partir da contribuição teórica de estudiosos sobre o tema, de maneira a facilitar o entendimento acerca deste trabalho. A proposta é formular uma concepção sobre o assunto que interprete o fenômeno revolucionário enquanto um evento político de luta pelo poder para, apenas a partir de então: (I) traçar uma breve periodização das revoluções e seus impactos nas Relações Internacionais, (II) analisar o processo de formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e (III) lançar reflexões acerca do estudo de caso proposto.

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: O QUE É REVOLUÇÃO?

Instrumentos de extrema importância para a produção de conhecimento, os conceitos não apenas constituem os elementos necessários para a construção de um texto, como também fornecem ao cientista um domínio basilar para fundamentar sua análise acerca da realidade. Nesse sentido, pode-se afirmar que a capacidade de dominar o significado das palavras, a partir de um referencial teórico delimitado, nos auxilia no processo de compreensão do mundo ao nosso redor. Tendo isso em mente, pretende-se investigar aqui a definição de “revolução”, conceito utilizado no cotidiano de forma ampla e pouco rigorosa.

A palavra “revolução”, de acordo com Luiz Gouvêa da Silva e Daniela Dias de Oliveira (2017), se dissolve no vocabulário popular em uma infinidade de situações que vão desde análises políticas às comerciais de produtos. No entanto, embora seja empregado em diversos contextos, é possível observar que a semântica do conceito preserva uma característica comum: a ideia de rompimento, de mudança, de transformação abrupta (SILVA & OLIVEIRA, 2017). Esta definição, aceita e utilizada significativamente pelo senso comum, e endossada por boa parte dos dicionários, infelizmente acaba ofuscando a complexidade que o conceito possui ao deixar de lado seu caráter cíclico.

Para Hannah Arendt (1988), a origem de “revolução” estaria vinculada à observação da trajetória dos astros, realizada por filósofos naturais do século XVI. De acordo com Arendt, ao revisitarmos as obras destes pensadores, do final da Idade Média e início da Modernidade,

encontraremos o termo “revolução” extensivamente empregado como uma forma de descrever e classificar os movimentos que os corpos celestes desenvolviam no firmamento, ou seja, na ideia de que, ao final de cada ciclo, todos os astros retornariam para o mesmo ponto no universo (ARENDR, 1988; SILVA & OLIVEIRA, 2017). De maneira similar, para Reinhart Koselleck (2006, p. 63), conforme a etimologia da palavra, “uma revolução significava primordialmente um movimento cíclico”. Enquanto que para Bernard Cohen (1989, p. 23-24) o conceito estaria intrinsecamente relacionado a palavra *revolvere*, do latim antigo, que significava “voltar atrás, revirar-se, repetir”.

É importante frisar que a ideia de “revolução” como conhecemos hoje, isto é, um entendimento acerca da alteração de quadros políticos, podia ser encontrada desde a Antiguidade Clássica. Arendt (1998) e Koselleck (2006) defendem que um dos possíveis entendimentos contemporâneos de “revolução” enquanto uma sucessão de formas de governo já era alvo de especulações dos gregos clássicos. Para Koselleck (2006, p. 63), tanto a alteração política de Aristóteles, *metábole tôn politeiôn*, ou o processo de sucessão de formas de governo de Políbio, *anakyklosis tôn politeiôn*, simbolizavam uma compreensão comum acerca da substituição contínua e progressiva de distintas formas de governo como um fenômeno cíclico da política.

No entanto, seria apenas a partir do século XVI que a concepção clássica dos ciclos e formas de governo seria resgatada e utilizada como um meio para analisar as dinâmicas de alteração do cenário político ou, de maneira mais objetiva, como um sinônimo de “revolução” (conforme utilizado para descrever a Revolução Inglesa, ou Gloriosa, de 1685-1689 e a Revolução Americana de 1776). Koselleck (2006) ainda identificou que a Revolução Francesa foi o momento de ressignificação do conceito. Para o Koselleck, a partir de 1789, “revolução” passou a ter como principal característica a ideia de agrupar os fundamentos de orientação para uma convulsão social. Outra importante característica na avaliação de Koselleck em relação à eclosão da Revolução Francesa e, conseqüentemente, da alteração conceitual do termo, refere-se à noção de temporalidade, isto é, a ideia de que “revolução” era também um rompimento na linha temporal que inaugurava um novo começo para o estado das coisas (KOSELLECK, 2006; SILVA & OLIVEIRA, 2017).

Assim, o conceito originalmente natural e, portanto, trans histórico dissemina seu significado parcial e metafórico, que acaba por se tornar predominante. O movimento abandona sua base natural para adentrar a atualidade do cotidiano (KOSELLECK, 2006, p. 67).

Para Arendt (1988, p. 23), ainda assim, o conceito de “revolução” só poderia ser verdadeiramente entendido em paralelo com os conceitos de “libertação” e “liberdade”. Seguindo a argumentação do Marquês de Condorcet, Arendt defende que atribuir-se-ia o nome “revolução” apenas aos processos nos quais uma libertação estaria em questão. Dessa forma, uma tomada de poder que tivesse por objetivo a manutenção de privilégios, ou mesmo a substituição de uma oligarquia política por outra, não poderia ser compreendida pelo conceito (ARENDR, 1988).

De maneira complementar, Theda Skocpol (1979) entende que para serem qualificadas como tal, as “revoluções sociais” precisariam criar novos sistemas sociopolíticos. Ao analisar as revoluções ocorridas na França, Rússia e China, Skocpol identificou características semelhantes e sistematizou as causas comuns destes eventos como advindos do: (I) colapso administrativo e militar do Estado autocrático devido a pressões internacionais, e de (II) revoltas camponesas generalizadas contra os senhores da terra (SKOCPOL, 1979, p. 168). Já para Fred Halliday, as “revoluções” ocorrem quando existem duas condições gerais: (I) a revolta dos dominados e ou (II) a impossibilidade de os governantes continuarem governando (HALLIDAY, 1999, p. 149).

Assim, conforme apontado por Halliday (1999, p. 21), “revoluções” são “grandes transformações políticas e sociais, no contexto de uma modernidade contraditória, que envolvem a participação em massa e a aspiração de estabelecer uma sociedade radicalmente diferente”. Ao entender os movimentos revolucionários como parte do processo formativo dos Estados e do Sistema Internacional moderno, Halliday (1999), além de se aproximar da definição histórica do conceito de “revolução”, qual seja seu o entendimento cíclico, propõe uma metodologia analítica extremamente relevante para o estudo do tema, sua periodização e para a compreensão da sua relação com o *ethos* internacional e seus impactos sistêmicos, conforme será visto a seguir.

2.2 AS REVOLUÇÕES E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Pode-se dizer que o estudo das Relações Internacionais se originou como uma análise da Guerra enquanto um ato deliberado por parte dos Estados para a maximização de seu poder na esfera mundial. Nesse sentido, considera-se que o entendimento acerca da Guerra está muito mais relacionado a um comportamento estatal racional e objetivo do que com a internacionalização de um conflito social doméstico. Assim, de acordo com Fred Halliday (1999), esse pode ser o motivo pelo qual o papel das revoluções no Sistema Internacional e no campo de estudo das Relações Internacionais vem sendo sistematicamente subestimado.

Para Paulo Visentini (2016) até mesmo na obra *States and Social Revolutions* (1979), de Theda Skocpol, que passa a considerar que os eventos revolucionários são originados, até certo ponto, por interferências externas aos Estados, as revoluções são entendidas enquanto fenômenos internos. De maneira similar à Skocpol (1979), Jack Goldstone, Robert Gurr e Farrok Moshiri (1991), em *Revolutions of the Late Twentieth Century*, também interpretam os fatores internacionais como possíveis causas das revoluções, estas que enfraqueceriam o aparato estatal e gerariam convulsões em sua estrutura, mas não o contrário.

Referenciando a obra *Power Politics* (1978), escrita por Martin Wight, na qual se expõe a recorrência cíclica das revoluções, pode-se observar os períodos 1492-1517, 1643-1792 e 1871-1914 como não revolucionários e 1517-1648, 1792-1871 e 1916-1960 como revolucionários, o que também nos permite concordar com Wight quando ele defende que as relações entre os Estados na história do Sistema Internacional não têm sido determinadas pelos fatores “normais”, como o direito, o costume e a política de poder, mas sim pelos “anormais”, ou seja, as revoluções (WIGHT, 1978, p. 92). Todavia, apesar de concordar, Halliday (1999) afirma que mesmo ausente no ensino teórico das Relações Internacionais, as revoluções não podem ser vistas como uma anomalia, ainda que configurem uma exceção sistêmica.

Nesse sentido, buscando elucidar o modelo de pesquisa proposto por Halliday no livro *Revolution and World Politics: The Rise and Fall of the Sixth Great Power* (1999), Paulo Visentini (2016), sugere quatro elementos fundamentais para a análise das revoluções, quais sejam: (I) *causa*, ou até que ponto o elemento “internacional” produz a revolução; (II) *política externa*, ou como os Estados Revolucionários conduzem as relações com outras nações; (III) *respostas*, ou qual é a reação dos outros Estados em relação ao evento revolucionário ocorrido e (IV) *formação*, ou como os fatores internacionais e sistêmicos constroem o

desenvolvimento interno pós-revolucionário dos Estados e condicionam sua evolução política, social e econômica no decorrer de um período mais longo (VISENTINI, 2016, p. 7).

Dessa forma, para Halliday (1999), todas as revoluções produzem uma ideologia que, além de provocar uma transformação social interna, as projetam na esfera internacional em uma tentativa deliberada, ou não, de internacionalizar-se. Esse movimento ocorre paralelamente com a “exportação” da resposta ou, neste caso, da contrarrevolução, qual produz um equilíbrio de forças ao promover períodos de tréguas diplomáticas ou reduções retóricas. No entanto, esse balanceamento não significa que as revoluções tenham sido “socializadas”, pois, segundo Halliday (1999, p.187), “enquanto suas ordens internas pós-revolucionárias permanecerem intactas, elas continuam a representar um desafio ao sistema de outros Estados”.

De maneira similar, David Armstrong (1993), em *Revolution and World Order: The Revolutionary State in International Society* defende que, uma vez representando um desafio para os outros Estados, os Estados revolucionários são constantemente compelidos a se adaptar ao sistema vigente, este que cria “anticorpos” com o intuito de evitar novas perturbações. Nesse sentido, mesmo que o objetivo de “exportar” a revolução não seja posto em prática, a própria existência do regime revolucionário implica sua hostilidade perante o Sistema Internacional. O que também nos possibilita estabelecer uma relação com outra importante contribuição da obra de Halliday (1999), qual seja o seu entendimento acerca da ruptura.

Seguindo este argumento, Halliday (1999, p. 7) afirma que a desconstrução de uma ordem ou regime estatal obriga a criação de um Estado ainda mais forte, bem como de um sistema igualmente mais resistente. Assim, enquanto a Revolução Francesa de 1789 seria a rejeição dos Tratados de Westfália de 1648, o Congresso de Viena de 1815, desafiado posteriormente pelas revoluções de 1848, simbolizaria uma reação aos eventos de 1789. Ao longo da história moderna, assim, pode-se dizer que:

[...] as revoluções sempre estiveram relacionadas a fatores internos e externos e, na sequência de sua concretização, necessariamente geram um impacto internacional na medida em que afetam regras internas nas quais a ordem internacional se baseia (VISENTINI, 2016, p. 3).

Cabe ainda destacar que, mesmo não formulando uma teoria propriamente dita de Relações Internacionais, o Marxismo permite que não somente estructuremos uma compreensão acerca dos macroprocessos da evolução capitalista, como também estabelece paralelos importantes com o tema das revoluções, principalmente ao priorizar a explicação acerca das

transformações sistêmicas. Para o Materialismo Histórico, enquanto a Guerra seria um conflito internacional entre Estados, liderados por duas classes equivalentes em nações opostas, a Revolução seria um conflito entre classes antagônicas dentro de um Estado, mas com inevitável projeção internacional. Nesse sentido, o Marxismo entende que as contradições materiais tornam a Guerra e a Revolução inevitáveis, constituindo algo racionalmente explicável e orgânico ao sistema (HALLIDAY, 1999, p. 77; VISENTINI, 2019, p. 46).

Assim, a partir do que foi exposto e para os fins teórico-metodológicos deste estudo, entende-se como “revolução” o conceito elaborado por Paulo Visentini (2020, p. 239), que expõe: “uma revolução é uma mudança política brusca, geralmente violenta, com a derrubada de um regime e a luta pela construção de outro novo. Esta ruptura na ordem vigente busca efetuar alterações estruturais nos ordenamentos jurídico-político e socioeconômico”. O elemento deflagrador de tal evento pode ser “um levante popular, uma insurreição armada, um golpe de Estado ou até mesmo uma transição política relativamente pacífica”, complementa. No entanto, para que estes elementos conjunturais sejam eficazes, relembra Visentini (2020), “condições políticas objetivas favoráveis, domésticas e externas se fazem necessárias” (RICHARDS, 2004 apud. VISENTINI, 2020, p. 239).

2.3 O PAPEL DAS REVOLUÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO ESTADO NO SÉCULO XX E A FORMAÇÃO DA UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS (URSS)

De acordo com Paulo Visentini (2020), uma análise histórica atenta do século XX nos revela uma gama de rupturas e experiências revolucionárias. Além das características variadas e da recorrência mundial, ou seja, em todos os continentes do globo, estes eventos afetaram a agenda internacional de maneira profunda e condicionaram o rumo da história contemporânea.

Neste período, marcado pela ascensão do socialismo de orientação marxista, foram desencadeadas inúmeras revoluções no Sistema Internacional. Estas podem ser classificadas em três vitoriosas e sucessivas ondas. De acordo com Visentini (2020, p. 242-243):

A primeira delas teve lugar na esteira da Primeira Guerra Mundial, com o triunfo da Revolução Russa e a construção do socialismo na URSS [...] A segunda, decorrente dos movimentos antifascistas e dos resultados da Segunda Guerra Mundial, afetou o Leste europeu, tanto através das “revoluções pelo alto” apoiadas por Moscou, que constituiriam as Democracias Populares, quanto como por meio das revoluções

autônomas da Iugoslávia e da Albânia [...] A terceira, que vinha se desenvolvendo paralelamente à anterior, teve como epicentro a Revolução Chinesa, iniciada já na década de 1920, caracterizada pela questão camponesa. Após um quarto de século de guerrilhas e guerras, a nação mais populosa do planeta tornou-se um regime socialista. A Revolução Coreana e a primeira etapa da Indochinesa fazem parte dessa fase [...] Finalmente, na quarta e última, o movimento de descolonização e o nacionalismo do Terceiro Mundo protagonizaram o triunfo de diversas revoluções de orientação socialista, como a cubana, a vietnamita, a afegã, a sul-iemense e as africanas dos anos 1970.

Neste sentido, primeiramente, pretende-se analisar a revolução que, segundo Halliday (1999, p. 147), estabeleceu a “fissura fundamental das Relações Internacionais do Século XX”: a Revolução Russa (Bolchevique) de 1917, para num segundo momento, investigar revoluções menores ocorridas em sua periferia. Com isso, busca-se entender o processo revolucionário situado em uma posição intermediária, isto é, entre a primeira e a segunda onda de revoluções, ou aqueles engendrados “na periferia do centro” (as potências capitalistas industriais) e aqueles ocorridos “no centro da periferia” (região ainda não industrializada) (WESTAD, 2007 e DAVIS, 1985 apud. VISENTINI, 2019; 2020).

Apesar de reconhecer sua importância e de considerar a compreensão da história da Rússia pré-revolucionária indispensável, por uma questão de limitação de páginas, este trabalho não objetiva desenvolver uma longa transcrição dos macroprocessos socioeconômicos, políticos, geopolíticos e ideológico-culturais russos. Em contrapartida, pretende-se sistematizar a trajetória política e revolucionária do país no período de formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), fazendo uso dos quatro elementos analíticos propostos por Halliday (1999) e elucidados por Visentini (2016), quais sejam: (I) *causa*; (II) *política externa*; (III) *respostas* e (IV) *formação*.

Visentini (2017) e Pereira (2017) classificam a Revolução Russa de 1917 como a mais impactante da história por sua capilaridade e durabilidade. Deste importante evento mundial, o primeiro Estado socialista, a URSS, formou-se, transformando um gigantesco e atrasado império numa superpotência e influenciando profundamente a política global. Além disso, cabe dizer que ao longo de seus 74 anos de existência, outros países socialistas foram surgindo e formaram o bloco soviético e, posteriormente, o campo socialista, que representou cerca de um terço da população mundial, além de aproximadamente um quarto da superfície terrestre (VISENTINI, 2017; PEREIRA; 2017).

Pode-se considerar que várias revoltas camponesas ocorreram no território do Império Russo ao longo de séculos, decorrente da situação de miséria extrema e de desespero social. No entanto, na falta de um projeto catalisador e aglutinador para a mudança abrupta da sociedade, estas pequenas perturbações foram rapidamente sufocadas pelas forças militares do regime (PONS, 2014; WOOD, 1987). Quando aqueles que deveriam constituir uma camada social de profissionais liberais típicos de uma sociedade capitalista denunciavam a perseguição da Coroa, eram condenados à morte, presos ou exilados e, uma vez que na Rússia não se tinha a oportunidade da formação de uma pequena burguesia, estes passavam a integrar uma *intelligentsia* pré-revolucionária⁵ (WELTER, 1936).

Reformas mínimas foram introduzidas na sociedade e a abolição formal da servidão foi decretada um pouco antes da penetração tímida do capitalismo na segunda metade do século XIX. No entanto, os poucos redutos urbanos industriais e os sistemas de minas e ferrovias ainda eram embrionários no vasto atraso rural que o país se encontrava (PONS, 2014). Para Alan Wood (1987), esta contradição interna não somente estagnava o processo das modernizações econômicas esperadas para a transformação social, como também refletia no papel de potência que a Rússia desempenhava na esfera internacional. Assim, o início do século XX marcou uma inflexão na evolução diplomática do Império, dando início a uma fase de crises que culminaria em sua participação na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)⁶, evento que marca o quadro das *causas* e destaca a relação doméstica da Rússia com sua postura externa.

Em 1905, após a derrota na Guerra Russo-Japonesa, que custou muito mais do que a perda de territórios no continente asiático⁷, se evidenciou a fragilidade do Estado Czarista e a eminência de uma ampla revolução social (WOOD, 1987). A onda de mobilizações e revoltas que seguiu o fim do conflito militar foi suprimida, no entanto, em 1912 a fase da repressão declinou e iniciou-se uma nova etapa das greves e movimentações políticas. Em paralelo, ocorria a formação dos blocos diplomático-militares pré-Primeira Guerra, fazendo com que as tensões do ambiente internacional também aumentassem (VISENTINI, 2017).

⁵ Segundo Gustave Welter, advindos de uma massa camponesa “meio comunista”, a *intelligentsia* russa encontrou nas teorias sociais do Ocidente, sobretudo na obra de Karl Marx, a razão de viver que seus antepassados haviam encontrado na religião (WELTER, 1936, p. 32).

⁶ Apesar da debilidade da Rússia, sua participação no conflito era importante para manter o Exército alemão dividido em duas frentes (VISENTINI, 2017).

⁷ Principalmente no que tange seu prestígio na escala mundial. Basta dizer que foi a primeira vez que uma nação asiática vencia uma europeia, colocando o Japão na mesma posição destas potências na Ásia e rebaixando a Rússia na escala de grandeza internacional (VISENTINI, 2017).

Além das pressões externas advindas dos governos da França e Grã-Bretanha para o ingresso da Rússia na Guerra, internamente, o Czar Nicolau II foi convencido por seus conselheiros que uma guerra patriótica poderia retardar a Revolução e dissipar as tensões sociais. No entanto, o que ocorreu foi o oposto disso e a situação não apenas intensificou as graves, motins e deserções em todo território do Império como serviu de fator catalisador para os eventos ocorridos em 1917 (VISENTINI, 2017; WOOD, 1987). Foi neste momento em que, na Ásia Central, a resistência contra o imperialismo czarista encontrou fôlego, em 1916, como será exposto no próximo capítulo.

O cenário de crise levou à renúncia do Czar em março de 1917 na ocasião conhecida como a Revolução de Fevereiro⁸. No entanto, o Governo Provisório proposto pelos mencheviques⁹ de Georgy Plekanov e Yuly Martov sucumbiu a pressão da Tríplice Entente, mantendo a Rússia na Guerra, acumulando novas derrotas, perdendo mais territórios e intensificando a decadência do Estado russo. No mesmo ano, Vladímir Ilyich Ulyanov, conhecido popularmente pelo pseudônimo de Lênin, retorna de seu exílio na Suíça sob os auspícios dos alemães, e passa a organizar os quadros do Partido Operário para realizar uma revolução social frente ao colapso interno e externo da Rússia e a posição insustentável do Governo Provisório, então administrado por Alexander Kerensky. Em poucos meses os bolcheviques, liderados por de Lênin, e sob o slogan “paz, pão e terra”, tomam o poder central, em outubro, e iniciam o tortuoso caminho rumo ao socialismo¹⁰ (VISENTINI, 2017; WOOD, 1987).

No campo da *política externa* e da *resposta* adotados pelo novo regime e pelo Sistema Internacional, Lênin firmou o Decreto da Paz, resultante do tratado de armistício de Brest-Litovski com a Alemanha, e regulamentou a Reforma Agrária e a estrutura dos novos poderes administrativos do Estado. León Trótski e Josef Stálin foram nomeados respectivamente para os cargos ministeriais de Comissário do Povo para Assuntos Exteriores e Comissário para as

⁸ Uma vez que o calendário juliano antigo, utilizado na Rússia até 1918, possuía treze dias de atraso em relação ao calendário gregoriano ocidental (VISENTINI, 2017).

⁹ O termo menchevique (*menshe*, em russo, que significava “minoría”) designava a ala do *Partido Operário Social-Democrata Russo* (POSDR) que defendia o papel da burguesia no processo de construção da nova república, após a queda do czarismo. De maneira oposta à ala dos bolcheviques (*bolscinstvó*, “maioría”), o grupo moderado defendia que as forças produtivas deveriam ser devidamente ampliadas para, só então, abrirem espaço à revolução socialista em uma transição gradual (WOOD, 1991).

¹⁰ Para Paulo Visentini (2017), ainda que a tomada do poder pelos bolcheviques tenha ocorrido de maneira relativamente fácil, retirar-se da Guerra, consolidar a Revolução e colocar ordem no caos que reinava no país foi uma tarefa muito mais complexa, em meio à Guerra Civil e à intervenção estrangeira. “Ironicamente, o Estado russo em decomposição foi salvo e reforçado por aqueles que desejavam acabar com ele pouco tempo antes” (VISENTINI, 2017, p. 13).

Nacionalidades. Os novos dirigentes impediram a instalação de uma Assembleia Constituinte, medida que, por um lado, encontrou oposição substancial dos partidos políticos surgidos na Rússia desde a Revolução e de parcelas do POSDR, mas que, por outro, garantiu que os revolucionários continuassem controlando cidades estratégicas de maneira homogênea frente ao conflito civil que se aproximava (PEREIRA, 2017; VISENTINI, 2017; WOOD, 1987).

Nesse sentido, pode-se dizer que o primeiro grande desafio enfrentado pelo governo soviético, formado após a Revolução de outubro, se concentrou na questão da integridade territorial. Com a crescente desintegração do Império Russo, houve a formação de um governo separatista na Ucrânia, a independência da Finlândia e da Geórgia e uma insurreição no Turquestão¹¹. Ao longo de 1918, a Guerra Civil espalhou-se pelo território da Rússia revolucionária, e as diversas forças da contrarrevolução, ou seja, da *resposta* do Ocidente aos eventos de 1917, tiveram amplo apoio dos países da Tríplice Entente¹², que iniciaram uma intervenção internacional contra o jovem Estado para forçar sua permanência na Guerra (PEREIRA, 2017; VISENTINI, 2017).

Ao tempo em que os territórios remanescentes da contrarrevolução no Cáucaso, Sibéria e Transcaucásia eram reintegrados, com o fim da Guerra Civil em 1921, as resoluções do V Congresso dos Soviéticos de 1918, que havia proclamado a formação da República Socialista Federativa Soviética da Rússia (RSSFR), foram alcançadas e não somente reestabeleceu-se o controle político central em Moscou, como também a transferência de poder para organizações bolcheviques locais em cada uma das Repúblicas proclamadas “soviéticas” e “socialistas”, signatárias de um tratado de união com a RSSFR¹³ (PEREIRA, 2017).

Assim, por intermédio do controle político central, a união seria mantida pela disciplina partidária, pelo Exército e pela instituição dos Comissários Especiais. Para Analúcia Pereira (2017, p.31), a integridade territorial foi decisiva para a implementação do novo projeto de Estado que seguiu. Nesse sentido que, em 1922, no contexto da Nova Política Econômica

¹¹ Região situada nas porções meridionais da Ásia Central, localizada nos territórios históricos da Chorasmia, Transoxiana, Sogdiana e Ferghana. A palavra, de origem persa, significa “a casa dos turcos” (GOLDEN, 2011).

¹² O decreto de Lênin que, sem prover indenizações, nacionalizou grandes empresas atuantes no país, inclusive as estrangeiras, no contexto do *Comunismo de Guerra* (medidas de militarização da produção e administração), simbolizaram uma ruptura com a lógica vigente e serviu igualmente de advertência às potências ocidentais que, ao exemplo da Grã-Bretanha, passaram a enviar tropas para a periferia russa, apoiando a contrarrevolução (FERNANDES, 1991; VISENTINI, 2017).

¹³ No Leste Europeu e no Cáucaso, por exemplo, bolcheviques da Ucrânia, Geórgia e a Armênia (repúblicas já reconhecidas pelos países europeus) foram apoiados por Moscou para tornar seus países socialistas e aderirem ao tratado de união proposto pela RSSFR (VISENTINI, 2017).

(NEP)¹⁴, a Comissão Constitucional então presidida por Stálin definiu que a Ucrânia, Bielorrússia, Geórgia, Armênia e várias outras repúblicas entrariam para a Federação Russa, onde cada um dos novos participantes possuiriam os mesmos direitos, e onde os representantes das Repúblicas seriam incluídos proporcionalmente em um Comitê Executivo Central ampliado (PEREIRA, 2017).

Pode-se considerar que Stálin estava propondo a criação de um Estado substancialmente mais centralizado e unificado do que o modelo que havia sido delineado anteriormente por ele, apoiado por Lênin¹⁵, em 1921. O projeto foi enviado aos Comitês Centrais do Partido em todas as Repúblicas e aprovado por quase todas, à exceção da Geórgia. No ano seguinte, em reunião plenária foi adotado o nome União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)¹⁶, a partir de uma adaptação da versão universalista concebida e desejada por Lênin (PEREIRA, 2017).

A nova entidade, definiu que, enquanto a União se encarregaria de intervir em atividades como a defesa externa e a diplomacia, a segurança interna, o planejamento econômico e os sistemas de transportes e comunicações, as Repúblicas Federadas (RSS), Estados socialistas soberanos (*soiuznye*), assumiriam a administração da justiça, da educação, da propriedade da terra, da saúde e da assistência social. Além de possuírem órgãos superiores de poder estatal (Soviete Supremo e Presidium, Conselho de Ministros, Corte Suprema, sistema judicial, hino, bandeira, escudo e capital), cada RSS possuía sua própria Constituição e legislação, que seguia a Constituição da URSS, mas levava em consideração as particularidades nacionais e

¹⁴ Idealizada por Lênin enquanto um conjunto de políticas econômicas de transição, a NEP (*Novaya Ekonomicheskaya Politika*, em russo) tinha como principal objetivo a reversão das práticas adotadas durante o período conhecido como *Comunismo de Guerra* e, na prática, juntamente com os projetos encabeçados pela questão da nacionalidade, proporcionou a rearticulação do espaço nacional e a integração dos serviços de transportes e de comunicações (FERNANDES, 1991).

¹⁵ Lênin havia contemplado a criação de uma “união aberta” de Repúblicas iguais, imaginando que, uma vez derrubado o capitalismo em outros países da Europa e da Ásia, eles viessem a aderir voluntariamente à União. Assim, Lênin sugeriu modificações específicas à proposta de Stálin, em especial que o novo Estado se chamasse “União das Repúblicas Soviéticas da Europa e da Ásia”. Apesar de Stálin apresentar uma nova versão do projeto, adaptando-o, recusou a proposta de Lênin sobre o nome do país, optando pela denominação temporária de “União das Repúblicas” (MEDVEDEV, 2006). Stálin preferia uma estrutura de autonomias nacionais dentro de uma Rússia Socialista Soviética e se mostrava menos otimista quanto à disseminação da revolução no Ocidente, acreditando, pelo contrário, na necessidade de preparativos para repelir alguma agressão (PEREIRA, 2017, p. 34).

¹⁶ No que tange ao número de organizações estatais e nacionais que integraram à URSS, pode-se dizer que mudaram consideravelmente ao longo das décadas de sua existência. Em 1923, havia quatro Repúblicas Federadas, as Repúblicas Socialistas Federativas Soviéticas (RSS) da Rússia, da Ucrânia, da Bielorrússia e da Transcaucásia, que agrupava, até 1936, as RSS do Azerbaijão, da Armênia e da Geórgia. Posteriormente, em 1924, surgiram as novas RSS do Uzbequistão e do Turcomenistão; em 1929, a RSS do Tadjiquistão; em 1936 a RSS do Cazaquistão e do Quirguistão; em 1940, as RSS da Moldávia, Lituânia, Letônia, Estônia e Karelia-finlandesa, a qual, em 1956 foi convertida em RSS Autônoma da Karelia (PEREIRA, 2017). Convém dizer ainda que, conforme adverte Visentini (2017) e Pereira (2017), a população nestas organizações não era homogênea, havendo quatro grupos étnicos principais: os indo-europeus (eslavos, armênios e alemães, que formavam 75% do total), os altaicos (turco-tártaros, mongóis), os uralianos (finlandeses, carelios, komis, nenets) e os caucásicos (georgianos e outras minorias do Cáucaso).

econômicas de cada república. O chamado Soviete das Nacionalidades, uma espécie de segunda Câmara no nível da União, também foi criado, com representação igualitária de todas as repúblicas. Existiam também as Repúblicas Autônomas (*avtonomnye*), formações estatais nacionais orgânicas à República Federada (e que também possuíam Constituição, órgão de poder, sistema judiciário, etc.) e as Regiões Autônomas ou uniões territorial-nacionais que gozavam, por particularidades de sua composição nacional, de autonomia administrativa¹⁷ (KHALID, 2015; PEREIRA, 2017).

Segundo Luís Fernandes (2020), contrário a interpretações simplistas muito prevalentes nos debates acadêmicos e políticos, a perspectiva teórica apresentada por Marx, absorvida posteriormente por Lênin e, neste caso, mais extensivamente, por Stálin, não contrapôs a “questão de classe” à “questão nacional” (ou o “socialismo” ao “nacionalismo”), e sim forneceu uma “análise de classe” do surgimento da “questão nacional” e do próprio “nacionalismo”. Neste sentido, o modelo federativo resultante do projeto misto entre as concepções de Lênin e Stálin, apesar do elevado grau de centralização, desencadeou um florescimento das nacionalidades reunidas pela URSS, muitas das quais puderam, como aponta Visentini (2017, p. 35), após séculos de opressão causada pela russificação forçada do czarismo, voltar a empregar livremente seu idioma.

Ainda que a estrutura institucional necessitasse de uma base de poder nacional (o que concebeu o *Homem Soviético* supranacional) para alcançar a transformação social revolucionária e viabilizar a industrialização acelerada e o desenvolvimento econômico, sobretudo com os Planos Quinquenais, a questão nacional se mostrou uma força que condicionou as modernizações. Assim, cada processo revolucionário teve a sua “personalidade” nacional própria, enquanto que a decisão sobre quais seriam as Repúblicas Federadas, as Autônomas e os Distritos Nacionais, resultaram de arranjos políticos locais que acompanharam a Revolução e a Guerra Civil, por um lado, e a construção da nova estrutura estatal e de suas implicações internacionais por outro (PEREIRA, 2017; VISENTINI, 2017).

Dessa forma, a Revolução Russa de 1917, mas principalmente a ruptura causada pelo projeto mobilizador bolchevique iniciado em outubro daquele ano, não somente foi a catalisadora da reorganização do espaço e das estruturas de poder do Império, como também

¹⁷ Analúcia Pereira (2017), defende que a estrutura orgânica da URSS é a mais complexa que a Ciência Política tem conhecimento, com uma diversidade de áreas administrativas e órgãos de governo locais e central. Segundo Pereira (2017, p. 30), tratou-se de uma estrutura absolutamente original a qual ainda se entrelaçavam associações voluntárias formando uma sociedade integrada. Paralelamente, foi estabelecido um novo sistema de ética, com código de procedimento surgido da experiência real de uma vida social transformada.

foi fundadora de uma lógica inteiramente nova para a construção de instituições nacionais. Assim, levando em consideração os princípios básicos, geralmente adotados para a definição do ator Estado nas Relações Internacionais, quais sejam: (I) População; (II) Território; (III) Governo; e (IV) Capacidade de se relacionar com outros Estados¹⁸; o evento revolucionário, além de possuir relação direta com o cenário mundial, é também responsável pela criação de organismos estatais no Sistema Internacional.

De acordo com Halliday (1999, p. 147) a história do século passado, do fim da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 1980, foi quase toda, embora não exclusivamente, uma *resposta* do Sistema Internacional à Revolução. Esse extenso e prolongado período de *formação* e reunião de retaliações sistêmicas ao projeto bolchevique demonstra o quão importante os eventos de 1917 foram para construção de um elemento aglutinador de uma série de outras revoluções no decorrer do século XX. Algumas dessas revoluções ocorridas não muito longe dali. Conforme será melhor analisado no capítulo a seguir, os movimentos revolucionários da Ásia Central que vislumbraram na experiência soviética a esperança para a emancipação política precisaram enfrentar o desafio de criar um Estado e uma nação ao mesmo tempo enquanto buscavam superar o atraso de suas estruturas sociais fragmentadas.

¹⁸ Convenções sobre direitos e deveres dos Estados e sobre asilo político, assinadas em Montevidéu em 26 de dezembro de 1933.

3 DO TURQUESTÃO AO SISTEMA DE ESTADOS FEDERADOS: A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA SOCIALISTA SOVIÉTICA DO UZBEQUISTÃO (RSSUZ)

A partir do exposto no capítulo anterior, ou seja, a definição de revolução, seu impacto sistêmico e a relação com o processo de formação de Estados, busca-se nesta seção do trabalho analisar a construção da República Socialista Soviética do Uzbequistão enquanto um projeto majoritariamente local, fruto de um subproduto da Revolução Russa (Bolchevique) de 1917. Para tanto, pretende-se (I) realizar uma breve contextualização histórica da região centro-asiática sob o domínio do Império Russo, (II) descrever as rupturas causadas pelo fenômeno revolucionário e (III) identificar quais os pontos de interação que a Revolução Soviética possuiu com o projeto nacional desenvolvido pela *intelligentsia* uzbeque.

3.1 A REGRA COLONIAL RUSSA E O IMPERIALISMO À CZAR

À medida que ganhava poder político e econômico, o Império Russo mostrava um claro interesse na Ásia Central, começando no final da década de 1820 e no início da década de 1840. É importante frisar, no entanto, que antes mesmo do regime colonial ser instaurado, os russos já se encontravam na região por solicitação de alguns Khans cazaques, que passaram a depender da ajuda militar vizinha contra as invasões dos Oitates, um povo mongol que nomadizava aos arredores do Tien Chan desde o início do século XVIII (RODRIGUES, 1999). Esse movimento de aproximação também foi resultado da mudança significativa nas políticas da Coroa em relação aos tártaros, adotadas por Catarina a Grande que, com o abandono das práticas de conversão religiosa, conferiu à classe rural-burguesa tártara o selo de “sócios imperiais” como uma forma de viabilizar o comércio de produtos russos nas estepes cazaques e nos mercados do Turquestão de modo a sedentarizar os povos nômades (SOUCEK, 2000).

Nesse sentido, pode-se considerar que a anexação russa das imensas planícies cazaques às montanhas quirguizes não se deu via conquista militar como nas demais regiões muçulmanas da antiga Horda Dourada¹⁹, pelo menos, não em um primeiro momento. Já o assentamento russo nas terras do atual Cazaquistão e, portanto, a consolidação da administração czarista sobre as estepes, ocorreu formalmente ao longo da década de 1840 com a substituição das *hordas*²⁰

¹⁹ Região que sucedeu ao Império Mongol em porções territoriais da Eurásia (HILDINGER, 2001).

²⁰ Estrutura sociopolítica e militar histórica encontrada nas estepes da Eurásia (HORDAS, 2020).

locais por unidades políticas menores, os *oblasts*²¹ dos Urais, Turgai, Akmolinsk e Semipalatinsk, os dois últimos organizados sob a jurisdição da Governadoria Geral das Estepes. Pouco antes de meados do século, o Império Russo também construiu linhas fortificadas ao longo do Syr-Darya e enviou missões expedicionárias à Khiva e à Bukhara como parte de seu amplo estudo sobre as capacidades militares, políticas e econômicas dos Estados da Ásia Central e das rotas comerciais regionais (GOLDEN, 2011).

Ainda que a Guerra da Criméia (1853-1856) e o período subsequente de reformas internas e de revoltas locais, como a liderada pelo Khan cazaque Kenesary, tenha interrompido temporariamente o avanço das tropas russas sobre a região, as iniciativas descritas no parágrafo anterior serviram de base para a derradeira fase da conquista sobre o Turquestão, com a tomada do restante da Ásia Central (os territórios dos atuais Uzbequistão, Tadjiquistão e Turcomenistão). Cabe destacar que o avanço da Coroa foi fortemente apoiado pela classe emergente de empresários industriais russos que estavam interessados em novas fontes de algodão e demais recursos naturais, além de, claro, novos mercados para explorar. No entanto, foi o desejo de impedir qualquer possível ascensão da influência britânica na região que definitivamente levou a Rússia a agir militarmente²² (HOPKIRK, 1990).

O surgimento do poder russo no Turquestão coincidiu com uma crescente fraqueza e desunião dos canatos²³ Khiva, Bukhara e Khoqand, que já se encontravam debilitados por suas fragilidades econômicas e sociais²⁴, sem a possibilidade da formação de uma resistência contra o poderio russo na ausência de tropas modernas e da capacidade organizativa das elites locais (GOLDEN, 2011). A incursão da Rússia ocorreu também em um momento em que estes Estados

²¹ Subdivisão administrativa e territorial em alguns países eslavos (OBLAST, 2020).

²² No plano internacional, o avanço do Império Russo sobre o chamado Turquestão, apesar de legitimado pela Coroa como uma forma de “Missão civilizadora” e de garantir linhas fronteiriças eficazes, resultou em uma indignação política no continente europeu, principalmente na corte britânica, que temia a perda da sua colônia indiana. Essa disputa por territórios e influência política na Ásia Central entre russos e britânicos foi denominada de “Grande Jogo” (1830-1907), e, na tentativa de dissolver o poder czarista sobre a região, os britânicos travaram duas conflagrações contra o Afeganistão, conhecidas como a Primeira Guerra Anglo-Afegã (1839-1842) e a Segunda Guerra Anglo-Afegã (1878-1880). O estado de tensão entre os dois impérios, que chegou ao ápice com a aproximação russa da fronteira da Caxemira, se encerrou quando diplomatas de ambos os países formaram uma comissão conjunta para resolver o problema fronteiriço russo-afegão em 1887, confirmando as conquistas territoriais do Czar até então, e posteriormente, em 1891, no âmbito da Comissão Lindeira do Pamir (*Pamir Boundary Commission*), estabelecendo que o Estado-tampão afegão permaneceria um espaço neutro (HOPKIRK, 1990).

²³ Ente político governado por um “Khan”, palavra que, em mongol e em turco, significa “líder tribal” (CANATO, 2020).

²⁴ É importante lembrar que desde as descobertas das novas rotas comerciais marítimas no século XV, estas que deslocaram o eixo econômico entre Ocidente e Oriente para os oceanos Atlântico e Índico, centros comerciais da lendária Rota da Seda como Bukhara, Khiva e Samarkand começaram a declinar constantemente (HILDINGER, 2001).

se encontravam em permanente confronto. Naquele período, Bukhara (desde a invasão persa de Nader Xá, na década de 1740, governado por Emires e não mais por Khans) empreendeu duras campanhas contra o recém-emancipado Canato de Khoqand (qual incluía porções orientais de Bukhara e Tashkent, atual capital do Uzbequistão). Como resultado, os conflitos enfraqueceram o aparato estatal de ambos os países, facilitando assim a conquista russa (HILDINGER, 2001).

Dessa forma, após anexados alguns territórios cazaques remanescentes, foram construídos o forte de Rarim (na fronteira de Khiva) e a cidade de Vernyl (ou Alma-Alta), e conquistadas a fortaleza Aq Mechet e porções territoriais de Khoqand, incluindo Pishpek (mais tarde Frunze e hoje Bishkek, capital do Quirguistão e, então, posto fronteiro de Khoqand). Para Abdullaev, Khotamov e Kenensariiev (2011), durante a campanha da Rússia contra a cidade de Tashkent, liderada pelo general Mikhail Grigoryevich Chernyaev, os governantes de Bukhara e Khiva não prestaram solidariedade ao Estado vizinho e até alegraram-se com sua derrota. No entanto, apensar de cogitada, a ideia de explorar as inimizades locais para assegurar o domínio da região foi rapidamente substituída pela ação (ABDULLAEV; KHOTAMOV; KENENSARIEV, 2011).

O Emirado de Bukhara foi invadido na sequência e, apesar da resistência inicial que atrasou a chegada das tropas russas à capital Samarkand, não demorou para que a vitória russa sobre o exército do Emir fosse definitiva. Simultaneamente os russos concluíram a anexação integral do Estado de Khoqand que, também foi submetido às condições de vassalagem do Czar. Quanto à Khiva, o governo czarista planejou expedições de ataque de diversos pontos do seu território para que o sucesso da conquista fosse garantido, uma vez que a localização geográfica do Canato (cercado por desertos) era sua maior vantagem militar. Ainda assim, mesmo enfrentando derrotas (de maneira similar àquelas impostas pelos Estados de Bukhara e Khoqand), as tropas que chegaram aos territórios de Khiva não tardaram para imobilizar o Canato em 1873 (HAMBLY, 1985).

Grosso modo, até o início da década de 1880, foram subordinados à Rússia toda a extensão do Canato de Khoqand (1865), posteriormente incorporado ao Império Czarista sob o nome de Oblast de Ferghana (após levantes populares contra o Khan local apoiado pela Coroa e os colonos russos), o Emirado de Bukhara (1865-1866), Khiva (1873) e a região transcaspiana equivalente ao atual Turcomenistão que, em 1881, foi declarada um Oblast subordinado ao vice-

reinado do Cáucaso²⁵ (HAMBLY, 1985). Imposto às tradições locais pela força, o novo sistema enfraqueceu os padrões de vida tradicionais da região e prejudicou o seu, já atrasado, desenvolvimento nacional. As divisões administrativas e territoriais que o Império Russo criou no Turquestão mantinha pouca relação com as realidades geográficas, históricas, econômicas ou etnoculturais da região. Em vez disso, elas refletiam os mesmos princípios imperiais de governo que prevaleciam em toda Rússia Czarista. Tanto as divisões territoriais quanto os aparatos e procedimentos administrativos foram definidos e acionados por um complexo mecanismo burocrático baseado na capital de São Petersburgo²⁶ (ABDULLAEV; KHOTAMOV; KENENSARIEV, 2011).

FIGURA 2: MAPA DO TURQUESTÃO RUSSO (1865-1917)



Fonte: Golden (2011, p.127).

²⁵ Local que, do ponto de vista estratégico, poderia ser utilizado como posto fronteiriço e linha de comunicação direta com o Irã (ao sul) e a Grã-Bretanha (a sudeste) na forma do Raj Britânico (territórios atuais de Índia, Paquistão, Bangladesh e Myanmar) (HOPKIRK, 1990).

²⁶ Estabelecendo um paralelo entre a Índia britânica e o Turquestão russo, Alexander Morrison (2012) apresenta que em ambos os casos, os militares desempenharam um papel proeminente na administração colonial, muitas vezes sem ter recebido qualquer educação ou treinamento apropriado. De acordo com Morrison, enquanto a Inglaterra geralmente procurava governar por meio de príncipes locais, líderes religiosos e elites latifundiárias, apropriando-se de sua legitimidade preexistente e buscando comprar sua lealdade com concessões de terras e isenções fiscais, a Rússia Czarista, em meados do século XIX, já havia abandonado sua política imperial de assimilação das aristocracias regionais. Depois de anexados os novos Oblasts e estabelecidas as Governadorias Gerais os russos expropriaram ou tentaram marginalizar as populações nativas, procurando substituí-las por uma Administração Local cujos membros teriam sua autoridade inteiramente dependente do poder colonial. Dessa forma, ainda que a natureza dessa política colonial em relação àquela adotada pela Grã-Bretanha fosse diferente, os efeitos práticos eram os mesmos (MORRISON, 2012).

O principal elo com a capital imperial passou a ser a Chancelaria da Governadoria Geral do Turquestão sediada em Tashkent. O órgão executivo, estabelecido nos primeiros anos da colonização para reunir os novos territórios, existia sob o Ministro da Guerra e era responsável pelas inspeções, arrecadação de impostos e taxas de trabalho, construção de estradas, mineração e por todas as tratativas externas com os protetorados de Khiva e Bukhara. Uma vez estabelecido, Konstantin Petrovich Von Kaufman, o Governador-Geral do Turquestão, empreendeu um programa de exploração colonial em larga escala na região, do qual enfraquecer as aristocracias assentadas e nômades, desapropriar terras da população nativa e explorar a agricultura na máxima extensão eram os principais objetivos (HAMBLY, 1985).

Em 1871, sob instruções do Czar, Kaufman redigiu um decreto sobre a administração da região do Turquestão que propunha nacionalizar todas as fazendas familiares, deixando seus antigos proprietários com direitos limitados ao uso permanente da terra²⁷ (ABDULLAEV; KHOTAMOV; KENENSARIEV, 2011). Foi comum, conforme salienta Abdullaev, Khotamov e Kenensariiev (2011), que os colonos confiscassem arbitrariamente terras nativas, especialmente aquelas utilizadas por nômades e seminômades, para o cultivo intensivo do algodão, transformando toda a região do Vale de Ferghana em um imenso celeiro da monocultura²⁸.

A Coroa, além de introduzir, decorrente das plantações, a indústria têxtil no local, também explorou outros recursos, tais como o petróleo e o carvão. Ainda no Vale, até 1914, havia cerca de vinte e oito minas e seis campos de petróleo em operação. Uma rede de ferrovias também entrou no bojo das transformações modernizadoras necessárias para a implementação da colonização russa. Essa rede facilitou o transporte regular de matérias-primas e mercadorias em zonas estratégicas entre a colônia e a metrópole de norte a sul; e, em menos de cinquenta anos, aproximadamente cinco mil quilômetros de estradas de ferro foram construídos no Turquestão para fomentar a industrialização da capital por meio do escoamento destes recursos (ABDULLAEV; KHOTAMOV; KENENSARIEV, 2011).

²⁷ O declínio do acesso à terra e a ascensão da agricultura comercial na Rússia estavam levando muitos camponeses russos à pobreza e a revolta. Nesse sentido, as autoridades czaristas passaram a reinstalar os “camponeses inquietos” na Ásia Central, o que gerou um êxodo significativo na década de 1870 (ABDULLAEV; KHOTAMOV; KENENSARIEV, 2011).

²⁸ Para suprir substancialmente a necessidade da crescente indústria têxtil russa, esta que possuía como principal provedor do insumo os Estados Unidos e que, com a eclosão da Guerra Civil Americana (1861-1865), passou a depender de outros meios de fornecimento (MORRISON, 2012).

De maneira similar, Bukhara e Khiva continuaram sendo administradas pelos Emires e Khans que já se encontravam no poder à época da conquista russa²⁹. Estes foram convencidos a governar a região sob a influência do Czar, renunciando ao direito de manter relações diplomáticas independentes com potências estrangeiras (Grã-Bretanha), abolindo a escravidão, garantindo aos colonos o direito de residência, bem como o livre comércio de produtos russos em seus domínios, e compensando financeiramente o Império pelos custos empreendidos em sua expansão (BECKER, 2004).

Os novos súditos foram denominados *inorodtsy* (estrangeiros) e, portanto, não possuíam os mesmos direitos civis do restante do Império. Esta classificação não somente impossibilitava o alistamento dessa população no serviço militar russo, como também conservava o poder político e econômico regionais nas mãos das antigas lideranças locais, bem como de mulás e mercadores tártaros (BECKER, 2004). Soucek (2000, p. 221) argumenta que os súditos destes Estados viviam o pior de dois mundos, pois ao tempo em que eram vassalos dos conquistadores russos, eram também privados dos “benefícios modernizadores” do colonialismo por serem súditos de “autocratas semi-medievais”.

Apesar de contínua, a resistência da população nativa, tanto nos territórios do Turquestão como no interior dos protetorados, era fácil e desproporcionalmente dispersada. Além disso, estes eventos constantemente eram utilizados pelos administradores coloniais como justificativa para a continuidade das políticas direcionadas ao aumento do número de imigrantes russos, ou para o recrudescimento do uso da força bruta contra os nativos da região (GOLDEN, 2011).

Durante as tensões da Primeira Guerra, que descortinaram as fragilidades internas do Império Czarista, uma grande revolta eclodiu em julho de 1916 na Ásia Central, provocada pelo recrutamento dos povos locais em batalhões de trabalho. A revolta, ocorrida às vésperas do colapso do czarismo e apoiada pelas populações urbanas, rurais e pela classe de trabalhadores e artesãos, foi o primeiro auge do movimento de libertação nacional do Turquestão. A maioria desses recrutas involuntários vieram da parte mais populosa da região, o Vale de Ferghana, e iniciaram o levante na cidade de Khujand, que logo se espalhou por outras províncias da Ásia Central. Estima-se que cerca de 200 mil nativos

²⁹ Em relação à Bukhara, houve temor de que a população muçulmana conservadora, elite do Emirado, financiasse uma *jihād* contra “os infiéis” russos como resposta à uma anexação automática ao Império Czarista (BECKER, 2004).

foram exterminados pelo exército russo (ABDULLAEV; KHOTAMOV; KENENSARIEV, 2011).

Dessa forma, pode-se afirmar que a conquista da Ásia Central levou a uma perda de independência e a mudanças fundamentais na vida social, política, econômica e cultural da região. Grande parte das *intelligentsias* nacionais perceberam as transformações impostas pelo regime colonial como uma humilhação permanente aos sentimentos nacionais e religiosos de seu povo, formando, assim, resistências prolongadas contra a colonização dentro e fora dos protetorados, estas facilmente dispersadas pela força militar czarista do Turquestão, como na revolta de 1916 (ABDULLAEV; KHOTAMOV; KENENSARIEV, 2011). Outros, no entanto, ao invés do confronto com a força de armas escolheram fazer oposição ao Império por intermédio de reformas graduais da sociedade tradicional como será visto a seguir.

3.2 A *INTELLIGENTSIA* NACIONAL DA ÁSIA CENTRAL, O TURQUESTÃO REVOLUCIONÁRIO E A FORMAÇÃO DAS REPÚBLICAS POPULARES SOVIÉTICAS DE BUKHARA E KHOREZM

A proposta de adaptar a sociedade tradicional centro-asiática à vida moderna foi pauta do movimento dos Jadídeos, da palavra árabe para “novo”. Os Jadídeos, que posteriormente ajudaram a influenciar a corrente de pensadores dos “Jovens de Khiva” e dos “Jovens de Bukhara”, perceberam agudamente que a principal razão da queda e da perda de soberania dos Estados pré-coloniais se encontrava no atraso abrangente da sociedade da Ásia Central. Eles identificaram as fontes desse atraso como igualmente existentes nas esferas política, social, econômica e cultural de suas vidas e, com o tempo, mesmo sendo perseguidos, desenvolveram sua própria imprensa periódica e sua agenda passou a incluir uma gama ampla de questões sociais, econômicas, políticas, culturais e principalmente educacionais, através do que eles denominaram de “Novo Método” (KHALID, 1998).

As novas escolas do movimento, lideradas por pensadores como Abdurauf Fitrat, e Ishakhan Ibrat, usavam o eficiente método áudio-lingual para ensinar leitura e escrita, em oposição à lenta pedagogia das escolas tradicionais, além de introduzirem novas disciplinas, incluindo as ciências naturais e sociais. Essas novas *maktabs* ou escolas combinavam organicamente o pensamento educacional da Europa e da Ásia Central. Sua aparição no Turquestão coincidiu com a infiltração de ousadas ideias de libertação que vieram de outras regiões muçulmanas do Império Russo e de países vizinhos do Oriente. Isso despertou

preocupação entre os administradores coloniais, que começaram a vigiar com muito cuidado as atividades dessas instituições³⁰ (ABDULLAEV; KHOTAMOV; KENENSARIEV, 2011).

Para o movimento, o Oriente muçulmano havia experimentado um período de florescimento espiritual e cultural vital entre os séculos IX e XV, o que no século XIX havia se estagnado. Eles atribuíram isso à lenta adaptação intelectual dos povos e Estados muçulmanos da Ásia Central em relação às mudanças da modernidade. Os Jadídeos assim, concluíram que formas “congeladas” de pensamento religioso retardavam o processo de modernização da sociedade muçulmana e sua adaptação à atualidade. Em relação ao reavivamento de valores nacionais e espirituais esquecidos ou ignorados, o grupo de pensadores modernistas esperava reviver o apelo universal e humanitário do Islã, desmistificando o pensamento religioso “enviesado” predominante daquele período (KHALID, 1998).

Dentro da organização, muitas figuras progressistas do Vale de Ferghana trabalharam para convencer seus compatriotas da necessidade de profundas reformas sociais e ideológicas, sem as quais o mundo muçulmano estaria destinado, segundo eles, a arrastar-se na retaguarda da civilização. Nesse sentido, direcionaram todas as suas atividades para alcançar esse objetivo por meio de publicações periódicas, das quais destaca-se o trabalho de Ishakhan Ibrat que escreveu uma série de obras sobre a história e a cultura regional³¹. Apesar da censura, os Jadídeos continuaram a assinar vários jornais e revistas das regiões orientais do Império Russo, o que forneceu aos leitores uma ideia geral de economia moderna, direito internacional e instituições parlamentares, sobretudo, na primeira década do século XX, quando os Jadídeos do Turquestão, incluindo os “Jovens de Bukhara” e os “Jovens de Khiva”, iniciaram intensos debates com os grupos inclinados à reforma islâmica, como os Jovens Turcos (KHALID, 1998).

Com o avanço do colapso político, econômico e social aos territórios da Ásia Central, os reformadores locais encontraram no fim do despotismo colonial a possibilidade do

³⁰ A política russa na esfera da educação e da cultura deu prioridade esmagadora aos interesses da metrópole, isto é, de São Petesburgo, em oposição ao direito natural dos muçulmanos a um tipo liberal de desenvolvimento cultural. Evidentemente, os administradores coloniais rejeitaram qualquer esforço que não estivesse claramente alinhado com os editais oficiais do governo czarista, se opondo firmemente ao que consideravam os esforços dos Jadídeos para mudar o *status quo* (ABDULLAEV; KHOTAMOV; KENENSARIEV, 2011).

³¹ Essa fase ativa do movimento Jadídeo coincidiu com uma nova etapa nas lutas de libertação dos povos coloniais e semicoloniais do mundo muçulmano. Naquele momento ocorriam o movimento constitucional no Irã (1905), as manifestações anticoloniais na Índia (1905) e a Revolução dos Jovens Turcos (1908) que emergiu no Império Otomano. Claramente, as autoridades russas não conseguiram isolar o Turquestão do resto do globo, e as notícias desses eventos em outras partes do mundo estimularam as atividades dos Jadídeos nos protetorados de Bukhara e Khiva, como também no Turquestão como um todo (KHALID, 1998).

florescimento nacional no Turquestão, através do estabelecimento de governos eficazes para a construção de uma civilização moderna³². Imediatamente após a Revolução de Fevereiro na Rússia, novas organizações políticas como *Shuroi-Islomiia* e *Tyurk Odami Markaziat Firkasi* surgiram para defender esses objetivos. Pode-se dizer que essas instituições foram também resultantes do I Congresso de Muçulmanos do Turquestão, realizado em Tashkent em 1917, que criou o Conselho Central de Muçulmanos do Turquestão e cuja principal função seria organizar a sociedade local em oposição à Governadoria Geral. A ideia não era imitar superficialmente ou mecanicamente adotar os aspectos externos da civilização europeia, mas sim incorporar os elementos do renascimento nacional islâmico às demandas políticas regionais (KHALID, 1998; ABASHIN, 2011).

Enquanto o Estado Imperial russo, reconhecendo as diferenças entre colonos e nativos, institucionalizou a segregação racial em práticas jurídicas, se preocupando apenas com a manutenção da lei e da ordem, a Revolução de Fevereiro pôs fim a diferenciação colonial. O Governo Provisório declarou que todos os súditos do Império Russo eram cidadãos livres e iguais, independentemente de sexo, religião ou etnia, e deu a todos eles o mesmo direito de voto (HAMBLY, 1985). No entanto, foram os bolcheviques, com seu projeto de revolução social, que se propuseram integrar a Ásia Central ao Estado russo definitivamente.

Lênin, preocupado com a repercussão da política revolucionária soviética, defendia que nada seria tão nocivo para o movimento da Internacional Comunista do que a adoção de “relações imperialistas com as nacionalidades oprimidas, despertando assim a suspeita sobre a sinceridade de nossos princípios, e sobre nossa justificativa da luta contra o imperialismo” (LÊNIN, 1968, p. 244-245). Seu posicionamento em relação à questão das nacionalidades “não russas” pode ser explicado por meio do direito autônomo das nações à separação política e à constituição de um Estado nacional independente, logo “o direito das nações à autodeterminação significa exclusivamente seu direito à independência política e à separação política livre da nação que as oprime” (LÊNIN, 1968, p. 158).

Com a Revolução de Outubro houve a esperança de liberação dos povos subjogados pelo Império Czarista. Este objetivo foi, inclusive, pauta de uma carta do

³² Nesta época, os Jadídeos entendiam o plano nacional como “os muçulmanos do Turquestão”, uma nação confessional e territorialmente limitada nas regiões assentadas do Canato de Khiva, Emirado de Bukhara e porções do Turquestão (KHALID, 1998).

Conselho de Comissários do Povo dirigida especificamente a todos os trabalhadores muçulmanos da Rússia e do oriente, da qual foi expresso o seguinte:

Muçulmanos da Rússia, Tártaros do Volga e da Criméia, Quirguizes e Sarts da Sibéria e do Turquestão, Turcos e Tártaros da Transcaucásia, Chechenos e habitantes das montanhas do Cáucaso, todos vocês cujas mesquitas e locais de louvor foram destruídos, cujas crenças e costumes foram pisoteados pelos czares e opressores da Rússia! De agora em diante, suas crenças e costumes, suas instituições nacionais e culturais são declaradas livres e invioláveis. Organizem suas vidas nacionais livremente e sem obstáculos. Este é o seu direito. Saiba que os seus direitos, assim como os direitos de todos os povos da Rússia, estão protegidos pelo poder da Revolução e por seus órgãos, os Conselhos de Deputados dos Trabalhadores, Soldados e Camponeses. Apoiem, então, essa Revolução e seu órgão executivo, o Governo! [...] Muçulmanos de toda a Rússia! Muçulmanos do Oriente! Nós esperamos a sua solidariedade e o seu apoio nesse caminho em direção ao renascimento do mundo!

Assinado: V. Ulyanov (Lênin), Presidente do Conselho de Comissários; J. Djughashvili (Stálin), Comissário para Assuntos de Nacionalidade (CASTAGNE, 1922, p. 5-6, tradução e passagens do autor).

Em outra ocasião, numa carta endereçada ao, já estabelecido, Conselho Turquestão dos Comissários do Povo, Lênin escreveu em 22 de novembro de 1919:

Não é exagero dizer que o estabelecimento de relações adequadas com os povos do Turquestão tem agora uma importância imensa e marcante para a República Socialista Federativa Soviética da Rússia [...] A atitude da República dos Trabalhadores e Camponeses Soviéticos para com as nações mais fracas e até então oprimidas tem um significado muito prático para toda a Ásia, para todas as colônias do mundo e para milhares e milhões de pessoas (LÊNIN, 1965, p.19, tradução do autor).

Para Adeeb Khalid (2015), o agente dessa proposta seria o Estado-partido soviético, que assumiu a tarefa de guiar os povos da Ásia Central ao seu destino, no entanto, com uma valiosa ajuda: os Jadídeos. E ainda que sua agenda de reformas tivesse sido elaborada no contexto do modernismo muçulmano e não estivesse relacionada diretamente ao Marxismo, o entusiasmo da Revolução criou uma nova onda de atividade entre os Jadídeos, na qual se estabeleceu novas escolas para a capacitação de intelectuais adeptos ao movimento, e para a criação de uma cultura nativa moderna e “revolucionária”. Essas instituições, em sua maioria, foram financiadas pelos Sovietes estabelecidos

localmente e permaneceram ativas durante e após a Guerra Civil contrarrevolucionária (CARLISLE, 1994; KHALID, 2015).

Brevemente após os eventos em Petrogrado, em 1917, o III Congresso Regional de Sovietes proclamou, em Tashkent, a autoridade da nova organização política sobre a Ásia Central à revelia da vertente conservadora do Conselho Central de Muçulmanos do Turquestão. Tal autoridade, apoiada por simpatizantes locais e, sobretudo, pelos Jadídeos progressistas do Conselho Central, seria localmente manifesta através do Conselho Turquestão dos Comissários do Povo. No mesmo período, no território da antiga Governadoria Geral do Turquestão, após derrotado o único movimento contrarrevolucionário da região³³, baseado em Khoqand, os soviéticos de Tashkent passaram a integrar os nativos ideologicamente solidários aos quadros do Partido Comunista do Turquestão (KPT) que fundaram e, dessa forma, foi estabelecida a República Autônoma Soviética Socialista do Turquestão (RASST) em 1918 pelo V Congresso Regional de Sovietes (ABASHIN, 2011; CARLISLE, 1994).

Já em relação as duas estruturas políticas remanescentes do período anterior à conquista russa, nos protetorados estabelecidos sobre o Canato de Khiva e o Emirado de Bukhara, os reformistas Jadídeos, por meio dos Jovens de Bukhara e dos Jovens de Khiva³⁴ buscaram estabelecer alianças com os bolcheviques na luta contra os seus soberanos, que a essa altura se percebiam livres da suserania do Czar para agir como bem entendessem (BECKER, 2004; CARLISLE, 1994). Em novembro de 1919, os trabalhadores de Khiva, com

³³ A resistência contra o governo soviético no Turquestão não era menos fragmentada do que foi aquela ao domínio czarista. Incluía grupos das mais diversas origens, interesses políticos e tipos de poder e, normalmente era pulverizada nas províncias da região. Embora essa resistência fosse complexa e compreendesse muitas correntes diferentes, era e é comumente referida sob o nome único de *Basmachestvo* ou Basmachi (movimento originado nos eventos de 1916, contrários ao regime imperial russo). A princípio, a maioria dos esquadrões rebeldes não eram políticos nem ideólogos. Eles não desenvolveram um programa político claro, mas sim uma reação ao colapso da autoridade local e da economia da região. Seus horizontes foram definidos pela identidade muçulmana e pelo sentimento de pertencer a uma comunidade islâmica, e defendiam os interesses das comunidades e clãs locais (incluindo aqueles relacionados à linha conservadora do Conselho Central). Conforme eram alcançados os sucessos no campo de batalha, os bolcheviques realizaram a integração desses guerrilheiros à sociedade da Ásia Central que se formava. Isso fazia parte de uma nova estratégia que a Comissão do Turquestão havia trazido de Moscou e que os novos líderes bolcheviques em Tashkent anunciaram em 1919. Dentro do Partido Comunista, eles criaram um Escritório Regional Muçulmano, o Bureau Muçulmano, liderado por Turar Ryskulov e células do Partido que incluía muitas figuras públicas muçulmanas e apoiadores das reformas do movimento Jadídeo. A nova política ganhou ainda mais força com a eleição de Ryskulov, em janeiro de 1920, para o cargo de presidente do Comitê Executivo Central do Partido Comunista no Turquestão (CARLISLE, 1994).

³⁴ Inspirados pelos Jovens Turcos do Império Otomano e pelas ideias do movimento reformista dos Jadídeos, os Jovens de Bukhara e de Khiva (em russo, *mladobukhartsy* e *mladokhivintsy*), enfrentaram obstáculos extremos para se consolidarem enquanto grupos políticos ativos, principalmente em Bukhara, que era dominado pelo clero islâmico sunita conservador. O conflito que se seguiu em 1917 colocou os seculares Jovens e seus apoiadores bolcheviques contra os rebeldes conservadores Basmachi, em um confronto que durou mais de uma década (BECKER, 2004).

o auxílio do KPT, do Conselho Turquestão dos Comissários do Povo, do Conselho dos Comissários do Povo da RSSFR e do Comitê Central do PCR, organizaram uma grande revolta que, em 1920, eclodiu quando as tropas do Exército Vermelho junto aos destacamentos revolucionários de Khiva derrotaram as forças contrarrevolucionárias de Junaid Khan. Dessa forma, a República Popular Soviética de Khorezm (KhNSR), nome antigo da região em que se localizava a cidade de Khiva, foi estabelecida (BECKER, 2004; KHALID, 1998).

Paralelamente, um processo similar levou a revolução em Bukhara. Após uma primeira tentativa frustrada, em agosto de 1919, o destacamento revolucionário de Bukhara e o Exército Vermelho, sob o comando do general bolchevique Mikhail Frunze, atacaram a capital do Emirado, o que culminou com a fuga do Emir Alim Khan para Dushanbe no leste de Bukhara (e mais tarde para Cabul no Afeganistão)³⁵ e com a posterior fundação da República Popular Soviética de Bukhara (BNSR) em 1920, sob a liderança de Fayzulla Xo'jayev, um dos fundadores dos Jovens de Bukhara, e Abdarrauf Fitrat (BECKER, 2004; KHALID, 1998).

FIGURA 3: MAPA DO TURQUESTÃO REVOLUCIONÁRIO (1920-1924)



Fonte: acervo do autor.

³⁵ A derrubada do Emir impulsionou a, já corrente, revolta Basmachi e estima-se que, em 1922, a maior parte do território da República Popular esteve sob o controle dos contrarrevolucionários, sendo recuperado completamente pelo Exército Vermelho apenas em 1926 (BECKER, 2004).

Tanto a KhNSR quanto a BNSR, e a própria RASST, eram espécies de Estados revolucionários de transição, pensados para resolver os problemas encontrados com as transformações democráticas revolucionárias, ou seja, eliminar as relações feudais-patriarcais e preparar as condições econômicas e políticas necessárias para a construção de um Estado socialista, contornando o estágio capitalista e os efeitos do *Desenvolvimento Desigual e Combinado*. A vitória das revoluções democráticas populares na forma soviética, primeiro no Canato de Khiva e depois em Bukhara, pela primeira vez na história, levou à criação de repúblicas soviéticas populares soberanas e multinacionais, que, com a ajuda RSSFR, fizeram a transição para o socialismo³⁶.

3.3 O PROJETO DE DELIMITAÇÃO DAS FRONTEIRAS NACIONAIS E A CONSTRUÇÃO DO UZBEQUISTÃO MODERNO

O processo para a delimitação nacional da Ásia Central foi iniciado em 1924, quando o Bureau Organizacional do Partido Comunista Russo da URSS decidiu enviar Jānis Rudzutaks em uma turnê de inspeção para a RASST, BNSR e KhNSR³⁷ (KHALID, 2015). No entanto, o que começou como um esforço soviético para discutir a possibilidade da delimitação regional foi logo aproveitado pelos atores da Ásia Central como um meio para alcançar seus objetivos nacionais.

A nação havia se constituído a paixão central da *intelligentsia* no decorrer de 1917. Os limites da nação, entretanto, como imaginados pelos Jadídeos, mudaram substancialmente ao longo dos anos. A maioria dos atores políticos nacionalistas que emergiram na sociedade centro-asiática no pós-1917 haviam lutado em nome dos “muçulmanos do Turquestão”, e o Turquestão permaneceu o local das aspirações da intelectualidade local. Todavia, para Adeeb Khalid (2015), a retórica do Turquestão continha múltiplos entendimentos e, enquanto para os cazaques a ideia carregava cada vez menos peso à medida que estes procuravam se unir aos

³⁶ O caráter transitório das repúblicas pode ser observado em suas bandeiras, conforme projetadas em sua fundação, ambas combinavam os elementos soviéticos, como a Foice e Martelo, com os símbolos adotados pelos regimes anteriores, tal como o Crescente tradicional, comumente encontrado em bandeiras de países islâmicos.

³⁷ Convém lembrar que, na época, Bukhara e Khorezm configuravam “repúblicas soviéticas populares”, proclamadas em 1920 após revoluções, auxiliadas pelo Exército Vermelho, que derrubaram os governantes vassaloz czaristas. Estes dois Estados não eram formalmente parte da União, pois diferentemente da estrutura descrita no capítulo anterior, eram “repúblicas de tratados” (*dogovornye respubliky*) em oposição as RSS ou Repúblicas Autônomas que formavam o tecido da URSS (SOUCEK, 2000).

povos do antigo Krai das Estepes, para os uzbeques o Turquestão passou a centrar-se em torno da população sedentária da Transoxiana no chamado projeto Chaghataysta³⁸ dos Jadídeos.

Este projeto, longe de ser pan-turco, na verdade afirmou as fronteiras entre vários grupos túrquicos na Ásia Central, uma vez que, conforme apontado no início deste capítulo, as delimitações dessas entidades resultaram da conquista e criação russa, e não possuíam nenhuma relação com a composição nacional ou étnica da região. O Chaghataysmo se baseava na afirmação de que a Ásia Central era o berço dos povos túrquicos, que toda a população sedentária da região era túrquica e que somente uma recuperação dessa autenticidade viabilizaria o progresso nacional. Neste sentido, Fitrat, o principal teórico do Chaghataysmo, formou em 1918, com a ajuda de alguns colegas Jadídeos, a *Chig'atoy Gurungi*, uma organização cultural que possuía como principal objetivo resgatar obras antigas da literatura do Turquestão e reunir o material necessário para o rejuvenescimento nacional Chaghatay (KHALID, 2015).

É importante dizer que embora a religião nunca tenha sido repudiada, o reconhecimento da herança turca da Ásia Central existia sem referência explícita ao Islã, além disso, a ideia de pertencimento étnico foi acompanhada por uma extensiva preocupação com o estudo do passado e do presente centro-asiático, tanto no Turquestão quanto em Bukhara. Sendo assim, o projeto Jadídeo, de maneira similar a maioria dos nacionalismos, via o problema da linguagem como uma dialética entre modernidade e autenticidade e, como em muitos outros movimentos nacionais pelo mundo, a pureza linguística era, para o grupo de reformadores, uma medida importante para a construção da nação (KHALID, 2015).

Estas questões chegaram ao ápice na I Conferência sobre Língua e Ortografia Uzbeque organizada pela *Chig'atoy Gurungi* em 1921 e foram indicativos da natureza da revolução cultural da Ásia Central no início dos anos soviéticos. Paralelamente a questão da reforma administrativa-territorial do Turquestão, como um meio de refletir a divisão entre as populações sedentárias e nômades nativas, também era definida por Lênin, que sugeriu:

³⁸ O termo Chaghatay representava a herança cultural reivindicada por uma nação que era cada vez mais e insistentemente chamada de “uzbeque”. Historicamente, o termo *o'zbek* se referia à confederação nômade que deslocou os Timúridas da Transoxiana no início do século XVI e estabeleceu a ordem estatal que prevaleceu na Ásia Central até a conquista russa. Na época da revolta, porém, as elites da Ásia Central haviam começado a usar o “uzbeque” para denotar toda a população muçulmana não nômade da região, sua língua e sua cultura (KHALID, 2015).

A divisão do Turquestão precisa ocorrer de acordo com a composição territorial-etnográfica para os grupos nacionais do Turquestão possam ter a possibilidade de se organizar em repúblicas autônomas (LÊNIN, 1920, n.p., tradução do autor).

Para Fernandes (2020) foi justamente esta compreensão da questão nacional que permitiu que os dirigentes políticos de inspiração marxista identificassem nas lutas de libertação nacional dos povos coloniais, semicoloniais e dependentes um vetor fundamental para enfrentar e derrotar a dominação imperialista durante o século XX. Stálin, em *O Marxismo e a questão nacional e colonial*, considerou que a nação, como tipo ideal, possuía cinco características constitutivas: quais sejam (I) uma comunidade estável e permanente; (II) uma linguagem comum; (III) um território próprio; (IV) coesão econômica; e (V) um caráter coletivo (STÁLIN, 1979, n.p). Todavia, ainda que concretamente uma nação não viesse necessariamente possuir todos esses elementos, antes das classificações etnográficas soviéticas de 1924, a *intelligentsia* local já havia identificado na sociedade nativa alguns dos itens listados por Stálin, imaginando a população muçulmana sedentária da Transoxiana como “uzbeque” e permitindo, dessa forma, o impulso mais importante por trás da nacionalização do discurso das elites centro-asiáticas. Para Khalid (2015, p. 270):

Quando o processo de delimitação das fronteiras sobre o princípio nacional começou, a grade classificatória da etnografia era extremamente fraca na Ásia Central. A delimitação não era, portanto, a aplicação do conhecimento etnográfico preexistente à política estatal. Ao contrário, o processo político remodelou o conhecimento etnográfico em certa medida. As opiniões dos especialistas quase não desempenharam papel nas deliberações sobre o traçado de novas fronteiras em 1924 (tradução do autor).

É importante ainda ressaltar que a decisão de Moscou de estender à Ásia Central o princípio da delimitação nacional-territorial, praticado em outros lugares da URSS, transformou os parâmetros da política de identidade na Ásia Central. A posição uzbeque foi articulada pelo Partido Comunista de Bukhara (BKP) que, em menos de um mês, aprovou um documento escrito por Fayzulla Xo'jayeov, propondo a criação do Uzbequistão com base em Bukhara. O entusiasmo da jovem República Popular pela delimitação contrastava, no entanto, com a posição adotada por Khorezm, cujo governo era contrário à dissolução do Estado com base na unidade econômica regional e histórica que possuía, inicialmente resistindo a adesão à União (KHALID, 2015).

O posicionamento de Bukhara também contrastava com seu próprio histórico de maximizar sua soberania frente as iniciativas de padronização política propostas pela RASST.

Cerca de um ano antes, Xo'jayev havia resistido às tentativas do Comitê Central de impor um sistema econômico uniforme em toda a Ásia Central. Ainda assim, a delimitação, que por um lado decretava o desaparecimento de Bukhara enquanto um Estado e a plena incorporação de seu território à URSS, por outro simbolizava o sucesso do projeto e da visão Chaghataysta do Uzbequistão, disposto em termos territoriais (ABASHIN, 2011; KHALID, 2015).

O projeto elaborado por Xo'jayev para o novo Estado definia que a República Popular Soviética de Bukhara seria a base para a construção do Uzbequistão, além disso, a nova república uniria os territórios bukharenses (exceto a margem esquerda do rio Amu Darya), a região de Ferghana, o Oblast de Syr Darya (excluindo suas partes cazaques), o Oblast de Samarkand e a região de Khorezm, (exceto regiões habitadas por Turcomenos e Cazaques). Em outras palavras, o que se estava propondo era justamente a organização territorial de uma entidade nacional centralizada nas regiões habitadas pela população sedentária da Transoxiana. Para justificar essas delimitações, no documento intitulado *Osnovnye položeniia po voprosu sozdaniia Uzbekistana*, traduzido para o inglês por Adeeb Khalid (2015, p. 273) Xo'jayev argumentou que:

O povo uzbeque, antes unido no Estado de Timur e seus sucessores, desintegrou-se nos últimos séculos em várias partes. [...] Essa desintegração foi caracterizada pelo enfraquecimento das forças econômicas e das estruturas políticas, cujo estágio final foi a perda da unidade do Estado e a destruição física do povo sob o domínio de Canatos, Emirados e do Czarismo [...] O povo usbeque e seus vários estados foram expulsos do caminho histórico natural e se tornaram objeto de luta entre os interesses estrangeiros (tradução para o português e passagens escolhidas pelo autor).

Dessa forma, para Xo'jayev, o Estado Timúrida simbolizava o Estado nacional originário dos uzbeques, um ponto-chave para o argumento Chaghataysta, e via a perda desta unidade como a causa do declínio, do atraso cultural e até mesmo da exploração da Ásia Central. Sobre a revolução, Xo'jayev escreve:

[a Revolução] colocou o povo uzbeque em uma nova fase de desenvolvimento histórico, lançou as bases para o crescimento econômico, e simultaneamente enfatizou todos os aspectos da ordem cultural-nacional [...] No entanto, é necessário, dar a todos os povos com um único nome, numa base nacional de acordo com as especificidades de seu modo de vida e hábitos econômicos, suas próprias unidades políticas soviéticas (KHALID, 2015, p. 273-274, tradução para o português e passagens escolhidas pelo autor).

Nesse sentido, pode-se afirmar a Revolução reformulou a concepção de nação da *intelligentsia* local. Assim, ao imaginarem toda a população sedentária da Ásia Central como uzbeque e reivindicando toda a tradição do Estado islâmico e da alta cultura do Império Timúrida, marco de florescimento da língua turca do Chaghatay, os “muçulmanos do Turquestão” tornaram-se “Uzbeques” e a língua “Chaghatay”, modernizada com o alfabeto latino e purificada de palavras estrangeiras, a “língua uzbeque” (KHALID, 2015, p. 259). Para Donald Carlisle, Faizulla Xo’jayev, enquanto líder dos Jovens de Bukhara e aliado dos soviéticos, foi fundamental na construção dos contornos político-administrativo-geográficos do Uzbequistão, a ponto de considerá-lo o *founding father* uzbeque (CARLISLE, 1994, p. 111).

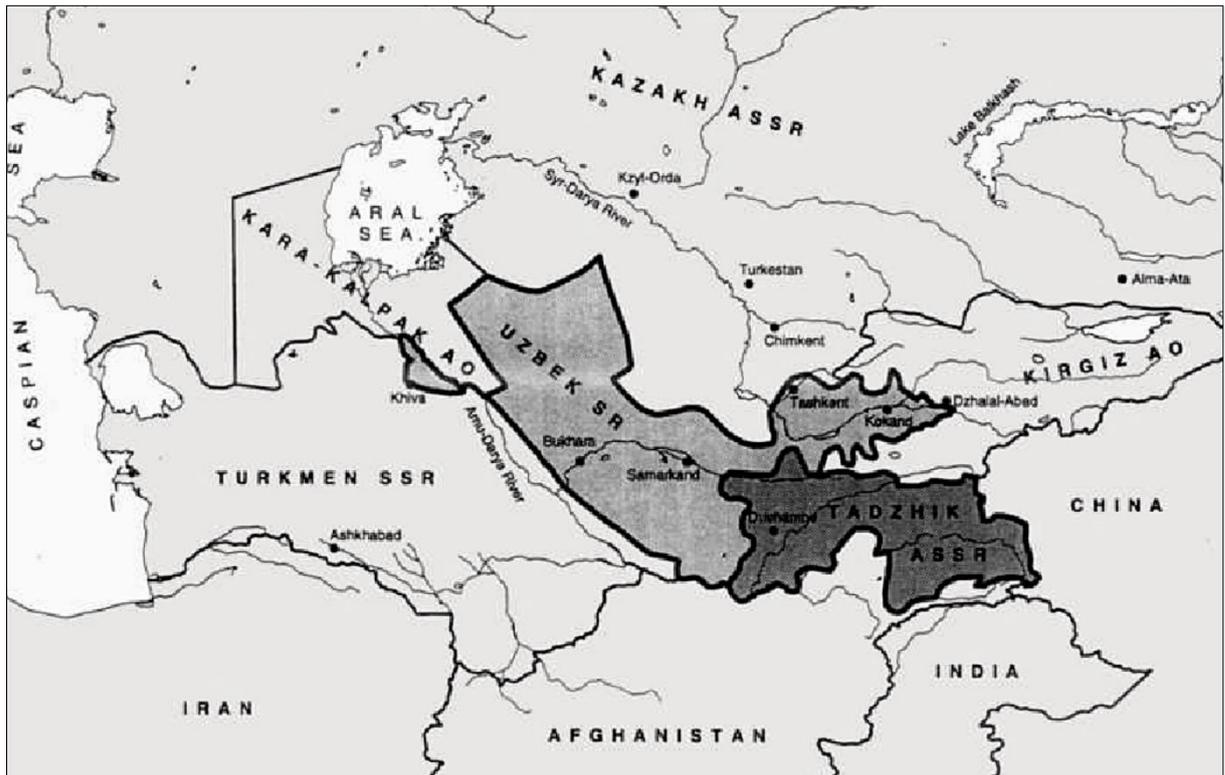
Foi com base nesse documento que a Comissão Uzbeque fez suas reivindicações e propôs anexar os territórios dos povos do Turquestão, Bukhara e Khorezm que falassem ou se considerassem uzbeques, ou seja, sedentários (Uzbeques, Qurama, Kashgaris, Turcos, Karakalpak e Qipchaqs). Algumas localidades foram cedidas a outras repúblicas com base no princípio, fundamental para a política de nacionalidades soviética, do papel das cidades enquanto importantes centros econômicos difusores da identidade nacional para as zonas rurais circundantes. Nesse sentido, cidades como Daşoguz, Osh, e Jalalabat, apesar da maioria “uzbeque”, foram cedidas às entidades, em grande parte nômades, do Turcomenistão e do Oblast Autônomo do Quirguistão, que precisavam de centros econômico-administrativos. Apesar das ressalvas da Comissão Cazaque, que defendia que Tashkent também se baseava neste princípio, o projeto uzbeque teve grande sucesso e as fronteiras finais da república abrangeram toda a população sedentária da Ásia Central e quase todas as suas cidades históricas (KHALID, 2015).

O Uzbequistão, como imaginado por Fayzulla Xo’jayev, também pode ser visto como a Grande Bukhara, ou seja, uma unidade territorial que buscava a restituição de locais históricos, perdidos para o Canato de Khoqand no século XVIII e para a Rússia no século XIX³⁹. Além disso, a nova república deveria ser “independente” da RSSFR e signatária direta da URSS, um *status* mais elevado do que aquele que a BNSR ou mesmo a RASST desfrutavam naquele período. O Partido Comunista do Uzbequistão (KPUz) foi igualmente formado por quadros do KPT, do BKP e do Partido Comunista de Khorezm, e a liderança da república foi

³⁹ Em termos práticos, combinar áreas do Turquestão, Bukhara e Khorezm em uma única república (CARLISLE, 1994).

cuidadosamente equilibrada entre as três regiões, na qual Xo'jayev tornou-se primeiro-ministro (CARLISLE, 1994; KHALID, 2015).

FIGURA 4: MAPA DA ÁSIA CENTRAL SOVIÉTICA E DA DELIMITAÇÃO NACIONAL UZBEQUE (1924-1929)



Fonte: Carlisle (1994, p. 113).

Assim, a República Socialista Soviética Uzbeque (RSSUz), incorporando também as duas Repúblicas Autônomas de Karakalpak e a Tadjique, a qual, em 1929, viria a ascender ao *status* de RSS, foi a primeira a receber o epíteto de república *federativa* (CARLISLE, 1994). Os congressos fundadores do Uzbequistão e do seu KPUz foram realizados em Bukhara e a capital da nova república foi locada em Samarkand, antigo centro do Império Timúrida. No entanto, as instituições administrativas soviéticas, em termos de infraestrutura, transporte e comunicações eram muito mais consistentes nas regiões da antiga RASST do que nos territórios das duas ex-repúblicas populares, dessa forma houve a mudança da capital para Tashkent no início da década de 1930 (ABASHIN, 2011). A decisão do KPUz de estabelecer destacamentos militares no Exército Vermelho também pode ser interpretada como parte da política nacional cooperativa uzbeque. A implantação dessas unidades possuía

como principal objetivo mobilizar cidadãos das partes não russas da URSS para serem “treinados e liderados por oficiais que falassem sua própria língua” (KHALID, 2015, p. 279).

Embora certamente iniciado por Moscou, pode-se afirmar que o projeto de delimitação nacional da Ásia Central e a construção do Uzbequistão moderno não podem simplesmente serem analisados enquanto imposições soviéticas sobre a realidade nativa, mas quase o contrário. O estabelecimento de uma república territorial nacional em si foi um mecanismo político para tornar possível uma consciência nacional estimulada pela Revolução. Da mesma forma que o Uzbequistão veio a adquirir sua própria realidade, absorvendo uma série de símbolos nacionais e todo tipo de prática que constituíram o sentimento de “ser uzbeque”, conforme será melhor observado no próximo capítulo.

4. DA EXPERIÊNCIA SOCIALISTA À INSERÇÃO GLOBAL PÓS-1991: CENÁRIOS E DESAFIOS

Este último capítulo pretende dissertar brevemente sobre o contexto de mudança e desenvolvimento que marcaram o Uzbequistão durante o período soviético. Além disso, com vistas a aproximar este estudo da história recente do país, objetiva-se (I) identificar quais os elementos do processo de consolidação nacional; (II) as características da transição pós-1991 e a reafirmação (ou não) de valores e práticas concebidas durante a experiência socialista; e (III) o modelo de política externa adotado pelo Estado uzbeque.

4.1 O UZBEQUISTÃO SOVIÉTICO: NAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EMANCIPAÇÃO

Após formado, o Uzbequistão possuía território, governo e a capacidade de se relacionar com outros organismos estatais. No entanto, o quinto elemento desta equação, qual seja uma população autoconsciente do “ser uzbeque”, precisou ser desenvolvido. Tornar os “muçulmanos”, ou mesmo os “sedentários”, do Turquestão “uzbeques” foi, nesse sentido, a etapa seguinte às políticas de territorialidade. Cabe apontar que a herança do próprio significado de “ser uzbeque” ocupou lugar nas novas instituições de cultura construídas pelo regime soviético como parte de sua missão de transformação.

O Comitê para o Estudo dos Uzbeques (*O'zbeklarni o'rganish qo'mitasi*), o Comitê Uzbeque para os Museus e a Preservação dos Monumentos e Artes Antigas (*Uzkomstaris*) e o Comitê Acadêmico Uzbeque (*O'zbek Bilim Hay'ati*), parte do Comissariado da Educação, foram algumas das inúmeras iniciativas surgidas no período que forneceram locais de preservação do rico acervo cultural daquele povo (EWING, 2006). No entanto, Khalid (2015) defende que a garantia de uma unidade consistente em torno da identidade nacional uzbeque, apoiada por Moscou, só foi alcançada plenamente com a reforma da língua.

Dessa forma, a base aglutinadora para a transformação dessa população ocorreu em meados de 1926 quando, em Tashkent, um Comitê de Latinização Central foi estabelecido e integrado por figuras partidárias, como Fayzulla Xo'jayev, além de claro, intelectuais como Abaudurauf Fitrat. Este movimento, não somente abriu caminho para a reforma da linguagem escrita, no sentido de aproximá-la do discurso cotidiano e da ortografia, como também simbolizou a modernização do dialeto Chaghatay, com a exclusão de palavras de origem árabe-

persas, e o estabelecimento de um sentimento de unidade nacional comum em torno do Uzbequistão (KHALID, 2015).

Mesmo a reforma linguística sendo uma questão que, há muito tempo, já se encontrava na agenda dos Jadídeos da Ásia Central, como visto anteriormente, foi nesse período em que ela emergiu com particular clareza. Em 1927, a latinização não se tratava mais de uma opinião, mas sim uma possibilidade iminente, e o impulso para esta mudança em toda a URSS foi determinado com vistas a superar o atraso na questão ortográfica em 1928, quando todas as línguas da Ásia Central mudaram para o alfabeto latino (KHALID, 2015). Nesse contexto, um conjunto de novas atividades marcaram o renascimento sociocultural na região que Moscou havia escolhido para servir de centro da Ásia Central, sobretudo, o centro muçulmano do Islã soviético (CAPISANI, 2000)

Na década de 1920, iniciaram-se as políticas para promoção da educação primária obrigatória e universal de crianças e adolescentes, e para erradicar o analfabetismo entre a população adulta, na qual foi dada especial atenção à educação das mulheres (AMINOVA, 1962). Em 1926, a taxa de alfabetização da população era de 11,6% (homens, 15,3%; mulheres, 7,3%); em 1939, respectivamente, 78,7%, 83,6% e 73,3%. Um papel importante na revolução cultural foi desempenhado também pela tradução, em 1928-1929, do alfabeto árabe para uma versão uzbeque latinizado e pela fundação da Universidade do Turquestão (desde 1960, Universidade de Tashkent) e da posterior Universidade Karakalpak, que contribuíram para a formação do quadro de professores e para a criação da base educacional da república (EWING, 2006).

Nos anos 1930 o número de escolas e alunos no país cresceu exponencialmente. Estima-se que, enquanto no ano letivo de 1937-1938, havia cerca de 900 mil alunos; no calendário do ano letivo seguinte já eram mais de 1 milhão. A alfabetização em 1970 atingiu 99,7% (homens 99,8%; mulheres 99,6%) e, durante o Nono Plano Quinquenal, o Uzbequistão completou a transição para o ensino secundário universal. A educação profissional foi desenvolvida e, em 1975, existiam cerca 273 escolas profissionais que somavam mais de 100 mil alunos. A exemplo destas instituições cabe mencionar o Instituto Médico de Tashkent, o Instituto Agrícola de Tashkent, o Instituto de Economia Nacional, o Instituto Uzbeque de Cultura Física e o Instituto Pedagógico de Línguas de Andijan (EWING, 2006; SILOVA & PALIANJIAN, 2018).

Avalia-se que até o início da década de 1980, mais de 6 mil bibliotecas públicas estavam operando no Uzbequistão, além de 31 museus, sendo os maiores: o Museu de V. I. Lênin e o Museu Estatal da História dos Povos do Uzbequistão, ambos em Tashkent, o Museu Estatal de História da Cultura e Arte da RSS Uzbeque, em Samarkand, e museus regionais de folclore local em Andijan, Bukhara, Termez, Karshi, Namangan, Ferghana e na República Socialista Soviética Autônoma Karakalpak. No aspecto cultural convém ainda destacar os setores do cinema⁴⁰ e da música uzbeque que, durante as décadas de 1930 e 1950, foram desenvolvidos em larga escala no país, resultando na formação da União de Cinematógrafos da RSS Uzbeque e do Instituto de Pesquisa de Música e Coreografia de Samarkand⁴¹ (PROKHOROV, 1973).

Além da reforma ortográfica e cultural, outra mudança, defendida pelos Jadídeos desde antes da Revolução, se concentrava no papel das mulheres na sociedade local (AMINOVA, 1962; ABASHI, 2011). Adeeb Khalid (1998) afirma que, usando argumentos da própria tradição islâmica, os Jadídeos haviam defendido que o progresso do Islã e da nação exigia que as mulheres fossem educadas e que tomassem parte ativa na vida pública. No início da década de 1920, mulheres nativas, antes parte de setores marginalizados da sociedade, aderiram ao KPUz, que havia estabelecido uma seção unicamente feminina, e, em 1927, jogaram fora seus véus e, em muitos casos, os queimaram, no episódio conhecido como *hujum* (KHALID, 1998).

Diferentemente do que argumentam Douglas Northrop (2007) e Adrienne Edgar (2004), que encontraram na campanha do *hujum* traços de colonialismo, comuns em colônias britânicas ou francesas do mundo muçulmano com a condenação das normas de gênero como uma forma de legitimação da ordem imperial, pode-se dizer que os governantes coloniais mostraram pouco, ou mesmo nenhum, interesse na transformação em massa dessas normas ou da ordem social e legal em que elas existiam; o que nos permite afirmar que todas as iniciativas listadas a cima visavam romper com as lógicas retrógradas do pensamento tradicional, buscando um avanço social universalizante e emancipador.

Desta colaboração inquietante com a URSS criou-se também uma nova estrutura econômica viabilizada pelo regime político. Nos anos iniciais da República, a restauração da economia nacional foi dificultada pela presença Basmachi, desde o final da Guerra Civil

⁴⁰ Em 1925, o Comissariado do Povo para a Educação da RSS Uzbeque adotou uma resolução sobre a criação do fundo *Uzbekgoskino*, posteriormente alocado para a inauguração da *Shark Yulduz*, primeira produtora do cinema nacional uzbeque que realizou filmes inteiramente no idioma local (PROKHOROV, 1973).

⁴¹ Um papel importante no desenvolvimento da cultura musical foi desempenhado pela atividade do fundador da poesia e dramaturgia soviética uzbeque, Khamza Khakimzade Niyazi. Entre 1918-1919, ele criou as primeiras canções revolucionárias uzbeques e, ativamente envolvido na vida musical da república, contribuiu para a educação de jovens músicos (PROKHOROV, 1973).

apoiados pelos britânicos. Nesse sentido, ao longo da década de 1920, durante a primeira Reforma Agrária e Hídrica, o governo da RSSFR alocou grandes somas de dinheiro no Uzbequistão para restaurar o sistema de irrigação e forneceu assistência alimentar às áreas afetadas pelos conflitos, isentando as fazendas de algodão do imposto estatal por vários anos (PROKHOROV, 1973).

Durante o período dos Planos Quinquenais pré-Segunda Guerra, mais de 500 empresas e indústrias foram construídas na RSS Uzbeque (incluindo a fábrica têxtil de Tashkent e a fábrica eletroquímica de Chirchik). A produção de petróleo aumentou (13 mil toneladas em 1913 para 119 mil toneladas em 1940) e, a partir deste desenvolvimento, surgiram novos centros urbanos ao tempo em que as cidadelas antigas eram também modernizadas. Estima-se que o número total de trabalhadores e empregados em 1940 era de 756 mil, dos quais 31% eram mulheres. Dentre a classe trabalhadora formou-se uma nova classe, o do campesinato das fazendas coletivas, que passaram a receber o auxílio da tecnologia, como a reconstrução técnica da agricultura e a mecanização dos processos mais trabalhosos, para a realização das colheitas (PROKHOROV, 1973).

O algodão se tornou um importante produto para o país e sua industrialização um item primordial para o abastecimento da URSS, que também investiu na safra de grãos e culturas secundárias, além do campo dos recursos energéticos, como o gás natural e o petróleo. Na realidade, a riqueza de recursos naturais do Uzbequistão, em particular a do gás natural, foi o que permitiu o desenvolvimento industrial do país, com sua infraestrutura sendo construída durante a década de 1930. Fábricas foram instaladas no setor de mineração, que também foi implementado para apoiar a manufatura (MERRITT, 2004). Como indica Capisani (2000), o setor químico e a produção de triacetato de celulose no Vale de Ferghana, vantajoso para a fabricação de bens altamente exportáveis, surgiu nesse mesmo período e são até hoje importantes setores para a economia uzbeque⁴² (CAPISANI, 2000, p. 114).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a economia nacional da República encontrou seu boom. Cerca de 100 fábricas das regiões da linha de frente (incluindo 48 empresas do setor da indústria pesada), dezenas de instituições educacionais militares e civis, hospitais e academias científicas, além de uma população aproximada de 1 milhão, foram alocadas pelo governo da

⁴² As usinas de ferro e aço também são as principais razões pelas quais atualmente o Uzbequistão é um grande produtor de equipamentos industriais. Vale dizer que com a maior população da Ásia Central, o país já possuía na época a força de trabalho disponível para absorver a demanda existente, com o aumento da industrialização. Dessa forma, o desenvolvimento impulsionado pelas políticas soviéticas, visavam tornar o país autossuficiente, tanto no cultivo de alimentos quanto na produção de energia (CAPISANI, 2000).

URSS no Uzbequistão. Há essa altura, a RSS Uzbeque tornou-se um dos destacamentos do Exército Vermelho⁴³ e, em meados de 1942, todas as fábricas transferidas para o país estavam operando em plena capacidade. Durante os anos dos Planos Quinquenais do pós-Guerra, entre os anos 1960 e 1970, a economia nacional continuou se desenvolvendo e, os maiores gasodutos da região, Bukhara-Ural e Ásia Central-Centro, foram construídos e colocados em operação (PROKHOROV, 1973).

Como resultado da implementação da política nacional soviética, o Uzbequistão deu um salto do sistema feudal, contornando o estágio capitalista de desenvolvimento, ao socialismo. Uma revolução cultural estava ocorrendo; a reforma ortográfica foi implementada, o analfabetismo foi eliminado, escolas com ensino gratuito na língua nativa e uma rede de instituições culturais e educacionais foram estabelecidas. O bem-estar material dos trabalhadores aumentou e seu modo de vida foi reconstruído. A posição das mulheres mudou e, nos anos iniciais do Estado uzbeque, a poligamia e o dote foram banidos (AMINOVA, 1962). Todas essas políticas reunidas simbolizaram um ímpeto modernizador que conferiu ao povo uzbeque um sentimento de pertencimento particular, este muito pautado na concepção do “Homem Soviético”, qual se definia pela ideia do “Homem cidadão e produtor”, apoiado pela educação, ciência, tecnologia e artes (KHALID, 2005; PEREIRA, 2017).

Para Visentini (2016, p. 5), diferentemente do capitalismo, a dimensão política do socialismo é a instância predominante e, assim, a economia é organizada segundo o princípio do planejamento econômico central ao invés do mercado, com a propriedade coletiva dos grandes meios de produção e a estatização dos bancos e do comércio exterior. A sociedade tende a ser incorporada num organismo único, com políticas que buscavam a eliminação gradual das desigualdades e da universalização de políticas sociais como educação, saúde, habitação, transporte público, emprego e lazer. Este processo, num quadro de tensão extrema, foi materializado, historicamente, através de mecanismos autoritários e repressivos, mas socialmente inclusivos e politicamente paternalistas.

⁴³ Muitos batalhões do Exército Vermelho foram formados no Uzbequistão, incluindo unidades nacionais uzbeques. Estima-se que cerca de 900 mil soldados uzbeques lutaram nas frentes da Guerra (PROKHOROV, 1973).

FIGURA 5: COMISSÃO PARA A REFORMA AGRÁRIA E HÍDRICA, TASHKENT (1926)



Fonte: Davis Center Collection for Russian and Eurasian Studies, Harvard University (2019).

FIGURA 6: MULHERES QUEIMANDO VÉUS DURANTE O *HUJUM*, ANDIJAN (8 DE MARÇO DE 1927)



Fonte: Davis Center Collection for Russian and Eurasian Studies, Harvard University (2019).

FIGURA 7: DEPUTADAS REPRESENTANDO A REPÚBLICA DO UZBEQUISTÃO EM UMA SESSÃO DO CONSELHO ELEITO (1940)



Fonte: Davis Center Collection for Russian and Eurasian Studies, Harvard University (2019).

FIGURA 8: OPERÁRIA NA INDÚSTRIA QUÍMICA DE CHIRCHIK (1960)



Fonte: Davis Center Collection for Russian and Eurasian Studies, Harvard University (2019).

FIGURA 9: DANÇA REALIZADA PELO COLETIVO “*BAKHOR*”, BUKHARA (1967)



Fonte: Davis Center Collection for Russian and Eurasian Studies, Harvard University (2019).

FIGURA 10: EXTERIOR DO MUSEU V. I. LÊNIN, TASHKENT (1970)



Fonte: Davis Center Collection for Russian and Eurasian Studies, Harvard University (2019).

FIGURA 11: CRIANÇAS LENDO EM SAMARKAND (n.d.)



Fonte: Davis Center Collection for Russian and Eurasian Studies, Harvard University (2019).

4.2 O DESAFIO DA TRANSIÇÃO: RUPTURAS OU CONTINUIDADES?

Apesar de repentinos, quando os primeiros vestígios de dissolução do sistema soviético começaram a se tornar evidentes, o Uzbequistão logo iniciou seu processo de separação da confederação. Islam Abduganievich Karimov foi eleito pelo Soviete Supremo em 24 de março de 1990, após atuar como Primeiro-Secretário do KPUz, e, assim como os líderes das ex-RSS da Ucrânia e Bielorrússia, integrou o seleto grupo de ex-dirigentes soviéticos que permaneceram no poder após 1991. Mesmo antes romper com a URSS oficialmente e proclamar independência, o país declarou sua soberania em 20 de junho de 1989 (OMELICHEVA, 2015).

Embora a independência não tenha necessariamente surpreendido, o Uzbequistão precisou lidar com as inúmeras dificuldades nas esferas política, econômica e social sem a ajuda ou resguarda do aparato soviético. Além de estabelecer uma estrutura para o gerenciamento do governo em um curto espaço de tempo, o país necessitou enfrentar um enorme problema orçamentário sem a experiência de tê-lo feito anteriormente na ausência de um corpo burocrático-administrativo robusto (CAPISANI, 2000).

Nesse sentido, para Capisani (2000, p. 81), em meados do mesmo ano, o Uzbequistão não era mais o bastião da autoexpressão incentivada pela URSS; em vez disso, era “mais como

um país ‘a caminho do subdesenvolvimento’ do que a ‘vitrine’ islâmica soviética para o Oriente Médio e Próximo”. Após a Independência, Karimov organizou as primeiras eleições do Uzbequistão. De acordo com Merritt (2004, p.56), “ele assumiu a imagem de fiador da estabilidade política e defensor das tradições nacionais, inclusive daquelas mais distantes dele, como a religião”. Na esteira, buscando garantir a unidade nacional, Karimov apostou na abordagem nacionalista, resgatando o passado glorioso da “poderosa herança uzbeque”, substituindo estátuas de Marx e Lênin, ou qualquer outra lembrança que remetesse ao período soviético, por monumentos de “figuras nacionais”, como Tamerlão, nos centros do país. O então *Lenin College* também foi renomeado, tornando-se *Timur College* (MERRITT, 2004).

Um desafio particular enfrentado pelo novo governo era afirmar o islamismo tradicional da região e, ao mesmo tempo, permanecer aberto a cidadãos de outras religiões, seja o cristianismo, o judaísmo ou qualquer uma das muitas outras práticas religiosas realizadas hoje no Uzbequistão. Esse ponto foi também um fator importante que afetou as relações externas e internas do país durante as primeiras décadas de independência. O colapso da URSS criou um vácuo de poder que vários grupos fundamentalistas e radicais muçulmanos procuraram preencher. O fato é que o Vale de Ferghana estava em polvorosa uma vez que a Guerra Civil Tadjique, a leste dos limites territoriais uzbeques, e o controle do Afeganistão pelo Talibã, a sul da fronteira, fizeram com que o radicalismo islâmico encontrasse um ambiente amistoso para sua difusão, enquanto grupos locais como o Movimento Islâmico do Uzbequistão (IMU) e o *Hizb-ut-Tahrir* (HT) surgiam no país (AYDIN, 2004).

Além de receberem recursos do exterior, vários desses organismos eram financiados com o narcotráfico. No final da década de 1990, extremistas islâmicos perpetraram inúmeros atos terroristas em Tashkent e em Bukhara, enquanto o IMU tentou em 1998 e 1999 invadir o Uzbequistão por meio dos vizinhos Tadjiquistão e Quirguistão. Desconcertada pela torrente onda de violência na região, a administração Karimov utilizou a situação como um pretexto para endurecer suas medidas de segurança e aumentar seu controle sobre os visitantes do país e seu próprio povo (OMELICHEVA, 2015). O presidente que, em 1992, havia realizado seu juramento de responsabilidade presidencial sobre o Alcorão, mudou de direção em relação à herança muçulmana do Uzbequistão, consolidando seu discurso contra grupos islâmicos no país (AYDIN, 2004).

Após os eventos de 1999, a Suprema Corte condenou seis homens à morte pelos atentados e outros vinte e dois homens foram acusados e julgados, sem a presença das

respectivas famílias, com sentenças que variaram de dez a dezoito anos em campos de trabalho forçado e vinte anos de prisão (MERRITT, 2004). Esse contexto de tensão culminou no episódio de 2005, quando um grupo autodenominado “*Akromiya*” tomou brevemente o governo da cidade de Andijan, no leste do país, assassinando autoridades locais e abrindo caminho para uma rápida e violenta resposta de Karimov que, reprimiu a insurreição, mas foi responsabilizado pelas 188 vidas perdidas no confronto, muitas delas de civis que os insurgentes utilizaram como escudos humanos. Nesse sentido, para Nicole Merritt (2004), tanto o HT, quanto o IMU, cresciam popularmente devido às dificuldades sociais e as políticas autoritárias do governo.

Após o colapso da URSS em 1991, o Uzbequistão foi atacado também por pressões econômicas liberalizantes. De acordo com Richard Weitz (2018), o presidente ouviu pacientemente enquanto as instituições financeiras internacionais e os governos ocidentais o pressionavam para realizar o que chamaram de “terapia de choque”, uma privatização rápida de ativos estatais, e mergulhar no mundo desconcertante da economia de mercado. Outros o aconselharam a tentar manter ou reconstruir os antigos laços econômicos com a Rússia e voltar a ficar sob o guarda-chuva de Moscou, no momento em que a Rússia estava formando uma teia de novas instituições destinadas a abraçar a antiga União Soviética, incluindo uma aliança militar (posteriormente criada como Organização do Tratado de Segurança Coletiva). Neste contexto, o Presidente Karimov, reunindo os pontos fortes existentes da economia e da sociedade do Uzbequistão e buscando garantir que eles não fossem corroídos por reformas mal concebidas ou imprudentes, escolheu seus projetos apenas com base no quanto eles protegeriam e fortaleceriam a soberania do Estado (WEITZ, 2018). Pode-se, assim, dizer que a estratégia inicial do Uzbequistão era de caráter totalmente defensivo.

Este foco rendeu frutos sólidos para o Estado uzbeque e, ao proteger militantemente o país contra graves desafios externos e internos, Karimov criou um ambiente no qual o Uzbequistão pôde adotar uma nova Constituição e recrudescer leis, criar ministérios essenciais, estabelecer embaixadas no exterior e dar os primeiros passos cautelosos para o liberalismo. Ainda assim, o desejo do país de preservar os bens herdados do período soviéticos era mais evidente na economia. Isso é compreensível na medida que o algodão, o gás, o urânio, o ouro e outros recursos naturais haviam sido, assim como as fábricas de Tashkent que atendiam a um alto padrão de produção industrial, a maior herança soviética no país. Evidentemente, em vez de colocá-la em risco por meio de uma privatização potencialmente desestabilizadora, o presidente Karimov manteve o papel do Estado em todos os três setores-chave da economia

nacional, introduzindo privatizações limitadas nas áreas da mineração e manufatura (TOKTOGULOV, 2022). Esta estratégia estreita de centralização econômica também reduziu o poder das facções regionais e das forças políticas centrífugas em geral.

Como o governo desconfiava de qualquer tipo de controle estrangeiro, Karimov recusou tornar a nova moeda do país, o *som*, conversível e intensificou as leis que dificultavam a repatriação de lucros dos investidores internacionais. No entanto, ao proteger os produtores uzbeques da disciplina estimulante da competição, essa política desencorajou a modernização. Muito mais grave, a existência de uma taxa de câmbio estabelecida por decreto burocrático e não por forças de mercado levou inevitavelmente ao aparecimento de comerciantes de moeda ilícita no país (TOKTOGULOV, 2022).

Entretanto, para a surpresa dos críticos ocidentais, a economia nacional continuou prosperando durante a maior parte da década de 1990, e até mesmo ultrapassou seus vizinhos da Ásia Central. Após a queda da produção em fins do milênio e início dos anos 2000, período durante o qual o vizinho Cazaquistão avançou sobre a economia uzbeque por meio de suas reservas de petróleo recém-exploradas, o crescimento do PIB do Uzbequistão se recuperou em 2007 e continuou demonstrando vigor. Como o país havia se esquivado de empréstimos estrangeiros, sobreviveu à crise financeira de 2008, e graças à sua estratégia “ensimesmada” e independente, o Estado uzbeque sofreu pouco com o declínio dos preços mundiais de energia ou com as eventuais sanções econômicas ocorridas contra a Rússia (TOKTOGULOV, 2022).

De acordo com Toktogulov (2022), não foi surpresa quando economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontaram que o modelo econômico uzbeque havia esgotado seu curso e começava a fracassar. No entanto, a estratégia cautelosa do presidente Karimov não só parecia justificada como também continuava rendendo-lhe estabilidade interna. Depois de proteger a economia, a principal preocupação do governo foi evitar as pressões geopolíticas que não conseguia administrar com segurança como será visto a seguir. Dessa forma, mesmo conservando algumas das características soviéticas, principalmente no que se refere às questões econômicas, o que surgiu no Uzbequistão foi algo fundamentalmente novo, uma vez que, com o fim da URSS, o legado da construção do Estado e do desenvolvimento social e econômico abriram espaço para a interação entre os interesses das elites locais e os desafios do período, neste caso, os verdadeiros responsáveis pela particular evolução política nacional.

4.3 NOTAS SOBRE A POLÍTICA EXTERNA UZBEQUE E SUA INSERÇÃO GLOBAL

Mesmo estabelecendo uma forte regulação das relações internas, o Uzbequistão não se absteve do cenário mundial e manteve ativa as alianças externas potencialmente benéficas ao Estado. Durante o governo de Karimov, a política externa do país foi baseada no fortalecimento de sua independência e soberania nacional, maximizando sua segurança e impedindo que atores externos interferissem em seus assuntos domésticos. Buscando concretizar esse objetivo, a política da autoconfiança (*mustaqillik*) rompeu a relativa dependência com o antigo centro soviético e promoveu seu próprio desenvolvimento econômico (STARR & CORNELL, 2018).

Para Pannier (1999), que descreve a posição de Tashkent logo após a independência: “A primeira prioridade do presidente Karimov foi estabelecer firmemente a independência do Uzbequistão. E claramente o primeiro passo para fazer isso foi criar uma distância entre ele e Moscou como potência colonial” (PANNIER, 1999, n.p.). No entanto, o Uzbequistão continuou apoiando as alianças econômicas e militares lideradas pela Rússia até o final da década de 1990. Em 1991, Tashkent aderiu à Comunidade de Estados Independentes (CEI) por razões puramente econômicas e devido à ameaça do fundamentalismo islâmico na região, em 1992, assinou o Tratado de Segurança Coletiva (CSTO) que foi estabelecido no âmbito da CEI para a cooperação no setor securitário (WEITZ, 2018).

Depois de 1995, Tashkent deixou de participar das estruturas multilaterais da CEI, tanto militar quanto economicamente, e Karimov tornou-se abertamente crítico dos esforços da organização (JONSON, 2006). Ofendido pela falta de ajuda russa após a captura do norte do Afeganistão pelo Talibã, o Uzbequistão se opôs às tentativas russas de integração e à sua presença militar no Tadjiquistão e, finalmente, em 1999, anunciou sua intenção de se retirar do CSTO (PANNIER, 2000). Embora o lado russo tenha rejeitado as acusações de Tashkent de que a Rússia estava buscando o domínio militar, o Uzbequistão não renovou sua adesão ao Tratado e tornou-se membro temporário da Organização para a Democracia e o Desenvolvimento Econômico (GUAM), que foi formalmente fundada em 1997 para fortalecer a independência e a soberania de ex-membros da URSS em relação à Rússia (WEITZ, 2018).

Apesar das relações, muitas vezes, tensas com seus vizinhos, o Uzbequistão demonstrou disposição para deixar de lado velhas inimizades quando preocupações importantes estavam em jogo. Um exemplo notável foi avanço em suas relações com o Turcomenistão como parte de seu esforço para diversificar seus mercados de energia, viabilizando a abertura e a passagem de um gasoduto dos campos turcomenos de gás de Bagtyyarlyk e Iolotan para o coração

industrial da China. Além disso foi assinado o acordo trilateral cazaque-turcomano-uzbeque no setor energético e contestada a intenção dos vizinhos Quirguistão e Tadjiquistão de construir novas represas nos rios dos quais a agricultura do Uzbequistão⁴⁴ depende. Outra iniciativa regional bem-sucedida ainda nos primeiros anos pós-soviéticos foi com a União Econômica da Ásia Central, estabelecida pelo Uzbequistão, Cazaquistão e Quirguistão em 1997. A organização, que o Uzbequistão apoiou fortemente, pediu cooperação em economia e transporte, educação, cultura e segurança (TOKTOGULOV, 2022)⁴⁵.

Desde o final da década de 1990 até o início dos anos 2000, o Uzbequistão sob Karimov buscou laços mais estreitos com o Ocidente, particularmente os EUA e a OTAN. Antes do 11 de setembro, o país colaborou com os americanos em esforços regionais antiterrorismo para aliviar suas preocupações com o IMU, que se aliou ao Talibã. Após o episódio no *World Trade Center*, em 2001, Tashkent procurou assegurar uma cooperação mais próxima com o Ocidente para lidar com as ameaças e receios comuns e maximizar sua segurança nacional, o que levou o país a ceder seu território e espaço aéreo (base aérea de Karshi-Khanabad-K2) às forças dos EUA na luta contra o terrorismo e, a assinar, em 2002, a Declaração sobre Parceria Estratégica e Quadro de Cooperação, parte da Operação *Enduring Freedom* (OEF) (WEITZ, 2018).

No entanto, com o incidente em Andijan, a atitude do Ocidente em relação à resposta adotava pelo governo uzbeque levou não apenas à deterioração das relações EUA-Uzbequistão, como também às relações entre o país e as nações ocidentais como um todo. O apelo dos EUA ao governo uzbeque para permitir uma investigação internacional dos eventos de 2005 foi abertamente avaliado por Karimov como uma tentativa de interferência estrangeira nos assuntos internos do Uzbequistão. Em resposta, alegando que os objetivos da OEF haviam sido alcançados, o Estado uzbeque, assim como vizinhos da Ásia Central, anunciou na Cúpula da Organização para Cooperação de Xangai (SCO) em Astana, em julho daquele ano, que os EUA precisavam estabelecer um cronograma para a retirada de suas bases militares da região

⁴⁴ A chamada “Guerra da Água” é uma das mais controversas da região, uma vez que o Uzbequistão, o Turcomenistão e o Cazaquistão dependem dos recursos fluviais dos rios Amu e Syr Darya para a irrigação de plantios (ambos com suas nascentes nos Estados vizinhos). A cautela em relação ao Tadjiquistão foi ainda maior principalmente no final da década de 1990, quando o ex-Presidente Karimov responsabilizou extremistas islâmicos, sediados no território tadjique, por explosões na sede do governo uzbeque em 1999 (MELVIN, 2004).

⁴⁵ Tão promissora foi essa organização que o recém-eleito presidente da Rússia, Vladimir Putin, exigiu ser admitido como observador. Dois anos depois, ele garantiu sua adesão plena e, em seguida, usou esse *status* para propor que a União fosse expandida e substituída por uma entidade de sua própria criação, que mais tarde se tornou a União Econômica da Eurásia (UEE). O Uzbequistão recusou-se a aderir à UEE e mantém essa postura até o presente (TOKTOGULOV, 2022).

(GLEASON, 2006)⁴⁶.

Da mesma forma, depois que a OTAN levantou preocupações sobre o uso excessivo e desproporcional da força pelos agentes de segurança do país em repressões contra manifestações civis, o Uzbequistão seguiu uma política de assentos vazios nas iniciativas de treinamento conjunto que participava e, após uma breve e controversa parceria com os EUA e o Ocidente, Karimov mudou a direção com vistas a estabelecer laços mais estreitos com a China e a Rússia⁴⁷. Durante sua visita à Pequim, ainda em 2005, os dois países assinaram um Tratado de Parceria Amistosa e Cooperativa e, nos anos seguintes, procuraram fortalecer o papel do Uzbequistão na SCO⁴⁸. Tashkent também assinou um Tratado de Relações Aliadas com Moscou, retornando à CSTO e sinalizando o que seria o início de um novo período de sua postura internacional⁴⁹ (FUMAGALLI, 2007).

Em 2012, o Senado uzbeque (*Oliy Majlis*) adotou um novo conceito de política externa à luz da decisão de Tashkent de suspender definitivamente, por motivos desconhecidos, sua participação na CSTO. O documento intitulado “A Lei sobre a Aprovação do Conceito de Política Externa da República do Uzbequistão”, com base nas experiências passadas, apresentou uma nova estratégia de inserção global para o país, enfatizando dois pontos principais: o fato de que (I) o Uzbequistão abraçaria a política de neutralidade nas relações de segurança no futuro; e que estaria (II) proibida a participação uzbeque em operações de manutenção de paz no exterior (TOKTOGULOV, 2022).

Nesse sentido, pode-se concluir que o conceito visava acalmar as preocupações russas, havendo especulações de que o Uzbequistão voltaria a sediar novas bases norte-americanas. Para Richard Weitz (2018), Tashkent não se beneficiou inteiramente por estar ao lado de Washington no passado e observava que o vizinho Quirguistão, que abrigava bases americanas e russas, havia experimentado revoltas sociais de grande repercussão. O princípio que proibia

⁴⁶ A parceria uzbeque-EUA terminou em 29 de julho de 2005, quando o Ministério de Relações Exteriores do Uzbequistão informou à embaixada dos EUA em Tashkent que as tropas americanas tinham 180 dias para se retirar de Khanabad (GLEASON, 2006).

⁴⁷ Além do motivo mencionado acima, as Revoluções Coloridas que ocorreram nos países pós-soviéticos com o apoio do Ocidente fizeram com que o Uzbequistão desenvolvesse laços econômicos e políticos mais estreitos com essas potências regionais (TALIPOV, 2013).

⁴⁸ Com o qual o Uzbequistão tem estado intimamente associado, uma vez que sua Estrutura Antiterrorista Regional é sediada em Tashkent.

⁴⁹ No entanto, desde então, sua adesão permaneceu nominal, pois o Uzbequistão não ratificou nenhum acordo, não participou de exercícios militares conjuntos ou de outras esferas de cooperação dentro da CSTO. E, em junho de 2012, Tashkent suspendeu, novamente, sua participação na formação militar regional acusando a organização de ignorar as preocupações do Uzbequistão. Alguns observadores alegaram que a suspeita de Karimov sobre a capacidade da Rússia de fornecer segurança para a região da Ásia Central poderia ser o motivo de sua suspensão (TALIPOV, 2013).

a participação uzbeque em operações de manutenção de paz também representou uma mudança fundamental na política externa do Uzbequistão, uma vez que a Doutrina Militar de 1995 permitia explicitamente que as forças armadas uzbeques participassem de missões de paz (Banco de Dados Nacional de Legislação da República do Uzbequistão, 2018).

Para Toktogulov (2022) enquanto no passado o Uzbequistão havia seguido uma política externa oportunista e reacionária que o deixava com medo de cair sob uma zona de influência exclusiva, no período pós-2012, com sua neutralidade militar, o país buscava perseguir uma política externa multivetorial e, assim, equilibraria as grandes potências na região. Com o Conceito de Política Externa de 2012 e a posterior declaração que colocava a Ásia Central como prioridade dessa política, o Uzbequistão entendeu que a diversificação de seu comércio, economia, tecnologia da informação e transportes, bem como o seu desenvolvimento socioeconômico seguro, de longo prazo e sustentável, só seria alcançável se construísse relações avançadas e equilibradas com os estados vizinhos e potências regionais.

Assim, pode-se dizer que os desafios da política externa enfrentados pelo Uzbequistão não mudaram substancialmente sob a administração de Shavkat Miromonovich Mirziyoyev, sucessor e ex-Primeiro Ministro de Karimov. O Uzbequistão ainda lida com questões relacionadas ao terrorismo transnacional, ao tráfico de drogas, ao acesso contestado à água e remessas reduzidas de uzbeques que trabalham em países estrangeiros. O fato do país ter mantido sua neutralidade militar para equilibrar a presença das grandes potências na região e ter continuado a priorizar a Ásia Central em sua política exterior demonstra que a estratégia central de Karimov foi mantida sob a administração Mirziyoyev. A única diferença tem sido a abordagem construtiva do atual presidente para as relações com os estados vizinhos e instituições internacionais como a União Europeia (UE) e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) (TOKTOGULOV, 2022).

Tanto o Conceito de Política Externa de 2012, de Karimov, e a “Estratégia de Desenvolvimento para 2017-2021”, formulada e adotada em 2016 por Mirziyoyev, desta forma, permaneceram enfatizando a independência e a soberania nacionais, bem como a manutenção de relações equilibradas com outros países. No entanto, o governo Mirziyoyev ajustou algumas táticas na busca desses objetivos duradouros. No campo doméstico, o novo governo se concentrou em reformas econômicas, que visam reduzir o planejamento central, promover negócios privados, incentivar o investimento estrangeiro, buscar a diversificação econômica, liberalizar as regulamentações monetárias e estimular a inovação tecnológica. Já no exterior,

Mirziyoyev promoveu o comércio bilateral, o investimento e aprofundou o envolvimento com instituições econômicas internacionais; buscou medidas de segurança equilibradas com outros países e, sobretudo, oportunidades no âmbito da *Belt and Road Initiative* (BRI) da China, aproveitando o potencial do Uzbequistão como corredor de transporte e fonte de mão de obra regional (WEITZ, 2018; TOKTOGULOV, 2022).

5 CONCLUSÃO

Para Halliday (1999), as revoluções são eventos internacionais que alteram a dinâmica do sistema. Essa modificação na relação entre atores estatais, bem como nas normas pelas quais os Estados e as sociedades interagem, propiciam um ambiente de respostas sistêmicas, normalmente contrarrevolucionárias, que visam o reestabelecimento do *status quo*. E, ainda que esse movimento ocorra esporadicamente, pode-se definir os eventos revolucionários enquanto fenômenos cíclicos e naturais, uma vez que a Revolução, em suas mais variadas formas, isto é, baseando-se nas mais diferentes matizes ideológicas, não deixa de representar a luta pelo poder, quer ela seja na esfera doméstica do Estado, entre duas classes antagônicas, ou no cenário internacional, na tentativa de exportar este conflito.

Nesse sentido, quando Halliday (1999, 148) afirma que “as Revoluções são eventos internacionais em suas causas e efeitos”, entende-se que esses acontecimentos inspiram forças políticas de outros países, simpatizantes ou adversárias, e que podem originar tanto uma guerra externa e ou um conflito civil, como ser destes dois fatores originados. Assim, as revoluções não apenas são orgânicas ao Sistema Internacional e alteram a dinâmica de comportamento entre os Estados e a sociedade como, conforme o exposto neste trabalho, são também responsáveis pela mobilização e criação de novas estruturas de poder, dentre elas, o Estado.

Rompendo com a lógica do Sistema Internacional, desafiando os padrões de comportamento existentes e buscando, de certa maneira, redefini-los, a Revolução Russa de 1917, sobretudo a liderada pelos Bolcheviques, contestou na periferia do espaço geopolítico a posição hegemônica das potências imperialistas do século XX. Evidentemente, ao representar uma ameaça à ordem vigente, o projeto socialista soviético encontrou resistência sistêmica, uma resposta aos eventos de 1917 que durou até o final da década de 1980 (período de formação e consolidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Ainda assim, a Revolução foi exitosa em todas as suas proposições e, com sua rápida evolução, proporcionou que dela surgissem inúmeras outras revoluções, estas menores em escala material e humana, mas com igual relevância para o movimento de libertação nacional e emancipação política anti-imperialistas.

Este foi o caso das revoluções ocorridas na Ásia Central, em Khiva e Bukhara, apoiadas diretamente por Moscou e pelo Exército Vermelho. Destes eventos, na periferia da periferia,

surgiram as Repúblicas Populares Soviéticas de Bukhara e Khorezm que, mesmo possuindo diferenças em relação as outras repúblicas da URSS, enfrentaram suas próprias contrarrevoluções (a exemplo da resposta encabeçada pelo movimento conservador Basmachi) e não ficaram alheias ao poderoso movimento unificador dos povos soviéticos. O relacionamento cooperativo entre a República Socialista Federativa Soviética da Rússia, Bukhara e Khorezm, apesar de breve, condicionou a independência destes Estados em uma espécie de revolução dentro da Revolução, além de também viabilizar uma transição para o socialismo bem-sucedida em territórios, até então, semifeudais.

Àqueles que tentam maliciosamente dissimular o processo revolucionário ocorrido na Ásia Central com reducionismos e argumentos simplistas, como o velho “colonialismo soviético”, basta dizer que o Império Russo, assim como demais impérios europeus, conjugou o colonialismo de povoamento e de extração para se apropriar de territórios autóctones sob a prerrogativa da construção de uma nova sociedade pela população colona. Essas políticas estabeleceram uma distinção clara entre a metrópole e a colônia, visível na cultura, na língua e termos étnicos (consagrados legalmente por meio de um discurso salvacionista). Dessa forma, a Rússia Imperial, ao chegar no Turquestão, transformou a região em um apêndice agrário, produtor de matérias-primas para metrópole, manteve os nativos fora do sistema social do Império, e impôs aos povos da Ásia Central um novo sistema de políticas e relações socioeconômicas que, desde o início, redefiniu a região como periferia e a tornou totalmente dependente do centro.

Diferentemente, o Estado soviético propôs integrar os povos da Ásia Central, transformando a cultura e reformulando seus cidadãos à luz das ideias da história e da ligação cívica. O desenvolvimento das nacionalidades e o poder soviético não se enquadrava em linhas éticas e sua “missão civilizadora”, por assim dizer, não foi sustentada pela superioridade racial de nenhum grupo, já que os próprios russos tiveram que ser “transformados” e modernizados. Além disso, o Estado interveio ativamente na sociedade e criou novos quadros que ajudaram a realizar demandas há muito tempo reivindicadas por nativos. Neste contexto, uma gama de novas atividades marcou o renascimento cultural da região.

Essas mudanças possibilitaram a reforma da linguagem escrita, presente na agenda dos Jadídeos, no sentido de aproximá-la do discurso cotidiano e da ortografia. Outra grande alteração, também defendida pela intelligentsia desde antes da Revolução, se concentrava no papel das mulheres na sociedade local, estas que passaram a aderir o Partido Comunista do Uzbequistão, qual estabeleceu uma seção unicamente feminina. O episódio do *hujum*, assim

como a posterior campanha de coletivização, também podem ser entendidos como parte desta lógica, como representantes do auge de um esforço de décadas para transformar a sociedade, do qual participaram tanto os soviéticos quanto os reformadores locais.

Além de negligente, por ignorar os intensos debates sobre a questão nacional, desenvolvidos pela *intelligentsia* centro-asiática, e as rupturas políticas trazidas pela Revolução Bolchevique, a perspectiva que compara as políticas da URSS às da Coroa Czarista, é, sobretudo, contraditória. A afirmação de que União desempenhou o mesmo papel que seu antecessor na Ásia Central, é facilmente incorporada aos argumentos do *mainstream*, no entanto, mesmo validando a (já refutada) suposição “da construção de linhas territoriais arbitrariamente traçadas” deve-se levar em consideração a existência de um projeto revolucionário de construção do Estado-nação e, em última instância, de emancipação política desses povos, de modo que a pretensão soviética sobre a região não poderia se caracterizar como um caso de colonialismo.

Ainda que, desde a eclosão da Revolução de Fevereiro, tenha se observado a politização das *intelligentsias* reformadoras existentes no Turquestão que, no fim do despotismo colonial, encontraram a possibilidade do florescimento nacional, foi apenas com a política mobilizadora bolchevique que estas forças políticas regionais converteriam seu entusiasmo em mudança na Ásia Central. Antes de 1917, os Jadídeos entendiam o plano nacional como “os muçulmanos do Turquestão”, uma nação confessional e territorialmente limitada (bastante distinta do “pan-turquismo” supranacional). Esse entendimento logo encontrou, na rápida etnização, a evolução da imaginação política dos intelectuais e do seu projeto de Estado. Assim, ao imaginarem toda a população sedentária da Ásia Central como “uzbeque”, e reivindicando toda a tradição do Estado islâmico e da alta cultura do Império Timúrida, marco de florescimento da língua turca Chaghatay, os “muçulmanos do Turquestão” tornaram-se “Uzbeques” e a língua “Chaghatay”, modernizada com o alfabeto latino e purificada de palavras estrangeiras, a “língua uzbeque”.

De maneira similar ao *hujum*, pode-se dizer que é tentador enxergar a reforma ortográfica e a latinização como parte de uma política soviética malévola de “secularização” forçada, ou mesmo de “des-Islamização”. No entanto, conforme foi visto nos capítulos 3 e 4 deste trabalho, os debates sobre a nova ortografia já eram realizados antes mesmo da Revolução Bolchevique e foram desenvolvidos em público, com a contribuição de figuras literárias e especialistas em pedagogia ou filologia. A reforma combinou dentro dela impulsos de autenticidade e eficiência, de modernidade e progresso, e tornou-se para os Jadídeos uma

característica central da revolução, servindo para a diferenciação do Uzbequistão no mundo túrquico (KHALID, 2015).

Quanto à questão das delimitações nacionais que substituíram as Repúblicas Populares, estas, desde o início, organizações de transição, pode-se afirmar que a distinção entre a população sedentária e nômade, que em muitos aspectos tinha sido constitutiva do imaginário social da região desde a época pré-colonial, foi reafirmada na linguagem da nação. Em 1924, a extensão à Ásia Central de um princípio-chave da política de nacionalidades soviéticas, de que as fronteiras nacionais e administrativas deveriam coincidir, possibilitou a criação de uma entidade territorial para a nação uzbeque. Essa criação que, diferentemente do que defende o *mainstream*, não se baseava na aplicação de conhecimentos etnográficos previamente existentes e incontestáveis, uma vez que estes nem sequer existiam. O que verdadeiramente ocorreu foi a materialização soviética do projeto idealizado pelos líderes uzbeques (CARLISLE, 1994; KHALID, 2015).

Argumenta-se aqui que a criação de entidades territoriais nacionalmente homogêneas, movimento ocorrido em toda a URSS, justamente foi implementado para sanar o principal problema da Ásia Central: a fragmentação política da região, e não uma unidade avassaladora que precisava ser desfeita. Defende-se ainda que o Uzbequistão que surgiu desta delimitação em 1924 não foi, um produto artificial das maquinações soviéticas, mas o triunfo de um projeto nacional, o projeto Chaghataysta, desenvolvido pela intelectualidade uzbeque. Ainda assim, como foi visto, projetos nacionais não são nações e o Uzbequistão, assim como muitos outros Estados ao longo da história, precisou moldar gradualmente sua sociedade para transformar, agora de maneira prática, os “muçulmanos do Turquestão” em “uzbeques”. Nesse processo, em busca de uma identidade homogênea e autoconsciente, que o princípio civilizatório da URSS, ou do *Homem Soviético*, foi fundamental para fornecer uma base sólida e aglutinadora para o sentimento de pertencimento nacional, acompanhado da reforma da língua e sua latinização.

Após o colapso da União Soviética em 1991, os líderes uzbeques tentaram preservar a segurança e a economia nacionais, enquanto buscavam alcançar seus objetivos em organizações multilaterais e se mantinham distantes das iniciativas que pudessem minar sua independência. As relações com outros Estados da Ásia Central sofreram com disputas de acesso à água e a priorização de fronteiras e da segurança interna do Uzbequistão sobre o envolvimento estrangeiro e a integração regional. O governo alavancou de forma assertiva a geografia estratégica do Uzbequistão para extrair concessões de Estados vizinhos e maximizar a sua

autonomia perante Moscou e Pequim. Além disso, sua estratégia austera protegeu com sucesso a soberania do Uzbequistão durante um período de grande fragilidade e manteve a produtividade da economia durante o que poderia ter sido um período de transição desestabilizador.

Neste contexto de incertezas, Islam Karimov, uma peça-chave para compreendermos o comportamento internacional adotado pelo Uzbequistão, fundamentou suas ações sob um receio antigo, que ultrapassava o período revolucionário soviético, qual seja a possibilidade da desintegração territorial frente a questões de ordem externa, que, naquele período específico, poderiam ser traduzidas pela presença, cada vez mais expressiva, de grupos fundamentalistas radicais dentro e fora dos territórios do Estado uzbeque. Com o fim da URSS e seu caráter unificador e estabilizador, foi também enterrado o princípio civilizacional do Homem Soviético que permeava a estrutura social da república e, em última instância, garantia o sentimento de pertencimento ao Estado. Na ausência deste elemento e diante o vácuo de poder deixado pela União, Karimov, muito rapidamente, percebendo a situação, assumiu um papel de fiador da estabilidade, apostando em uma abordagem nacionalista (diferente daquela que, outrora, originou os limites territoriais do Uzbequistão), nem mesmo que esse movimento implicasse, contraditoriamente, em negar o passado de símbolos soviéticos e a herança islâmica do país.

Com isso, conclui-se que as revoluções, enquanto movimentos de contestação política orgânicos ao Sistema Internacional, possuem relação direta com o processo formativo dos Estados, sendo a URSS fruto desse evento. Além disso, buscou-se demonstra que os centro-asiáticos não chegaram à Revolução de 1917 com uma folha em branco. Em vez disso, suas sociedades estavam no meio de intensos debates sobre o futuro. A Revolução rompeu com o regime colonial russo e radicalizou projetos preexistentes de nação e reforma cultural que interagiam de múltiplas maneiras com a proposta transformadora bolchevique. Um dos resultados dessa interação foi a construção do Uzbequistão.

REFERÊNCIAS

- ABASHIN, Sergey et al. “Soviet Rule and the Delineation of Borders in the Ferghana Valley, 1917–1930” In STARR, S. Frederick (Org). **Ferghana Valley: The Heart of Central Asia**. Londres: Routledge, p. 94-118, 2011.
- ABDULLAEV, Ravshan; KHOTAMOV, Namoz; KENENSARIEV, Tashmanbet. “Colonial Rule and Indigenous Responses, 1860–1917” In STARR, S. Frederick (Org). **Ferghana Valley: The Heart of Central Asia**. Londres: Routledge, p. 69-93, 2011.
- AMINOVA, R. “From the History of Emancipation of the Women of Central Asia” In **Istoriya SSSR**, Vol.2, pp. 106-119, 1962.
- ARENDDT, Hannah. **Da Revolução**. Brasília: Editora Ática S. A.; Editora Universidade de Brasília, 1988.
- ARMSTRONG, David. **Revolution and World Order: The Revolutionary State in International Society**. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- AYDIN, Gülşen. “Authoritarianism Versus Democracy in Uzbekistan: Domestic and International Factors”. Master’s thesis, **Middle East Technical University**, Ankara. 2004. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.424.8628&rep=rep1&type=pdf>. Acessado em 23 de fevereiro 2022.
- Banco de Dados Nacional de Legislação da República do Uzbequistão. “Ukaz oboboronnoy doktrine Respubliki” (A Lei sobre a doutrina de defesa da República do Uzbequistão). **Uzbequistão**, 2018. Recuperado de <https://www.lex.uz/docs/3495906>. Acesso: 13.03.2022
- BECKER, S. **Russia's Protectorates in Central Asia: Bukhara and Khiva, 1865-1924** (2nd ed.). Routledge, 2004.
- CANATO. In: **Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 2003-2020. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portu-guesa/canato>. Acesso em: 27 ago. 2020.
- CAPISANI, GR. **The Handbook of Central Asia: A Comprehensive Survey of the New Republics**. Londres: IB Tauris, 2000.

CARLISLE Donald S. Carlisle, "Soviet Uzbekistan: State and Nation in Historical Perspective," In Beatrice F. Manz, ed., **Central Asia in Historical Perspective**. Boulder, Colo.: Westview Press, pp. 111-21, 1994.

CASTAGNE, Joseph. "Le Bolchevisme et l'islam: Les Organisations Sovietiques de la Russie Musulmane." *Revue de Monde Musulmane*. No. 51. 1922. Page 5–6. In. WILLIAM, Brian Glynn. **The Crimean Tatars: from Soviet Genocide to Putin's Conquest**, November, 2015.

COHEN, I. Bernard. **Revolución en la ciencia**. Barcelona: Editorial Gedisa S.A, 1989.

EDGAR, Adrienne. **Tribal Nation: The Making of Soviet Turkmenistan**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

ESTEPE. In: **Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 2003-2020. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portu-guesa/estepe>. Acesso em: 27 ago. 2021.

EWING, E.T. "Ethnicity at School: 'Non-Russian' Education in the Soviet Union during the 1930s" In **History of Education**, Vol. 35: 4-5, pp. 499-519, 2006.

FERNANDES, Luís. "Marx e a Formação Do Sistema Internacional Moderno" **Marxismo e Relações Internacionais** In BUGIATO, Caio (Org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Editora Phillos Academy, Goiânia, 18-32, 2020.

FERNANDES, Luís. **URSS Ascensão e queda**. Editora: Anita Garibaldi, São Paulo, 1991.

FUMAGALLI, Matteo. "Alinhamentos e realinhamentos na Ásia Central: A lógica e a implicação da reaproximação do Uzbequistão com a Rússia". **International Review of Political Science**, 28(3): 253-271, 2007.

GLADSTONE, Jack, GURR, Robert, MOSHIRI, Farrok (Ed.). **Revolutions of the late Twentieth Century**. Boulder/Oxford: Westview, 1991.

GOLDEN, Peter B. **Central Asia in World History**. England: Oxford University Press, 2011.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Tradução de Cristina Soreanu Pecequilo. Porto Alegre: NERINT, 1999.

HAMBLY, Gavin. **Asia Central**. México: Siglo XXI Editores, 1985.

HILDINGER, Erik. **Warriors of the Steppe: Military History of Central Asia, 500 B.c. to 1700 A.d.** Cambridge: Da Capo Press, 2001.

HOPKIRK, Peter. **The Great Game On Secret Service in High Asia**. Londres: John Murray (Publishers), 1990.

HORDA. **Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 2003-2020. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portu-guesa/horda>. Acesso em: 27 ago 2021.

KHALID, Adeb. **Making Uzbekistan: Nation, Empire, and Revolution in the Early USSR**. 1. ed. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2015.

KHALID, Adeb. **The Politics of Muslim Cultural Reform: Jadidism in Central Asia**. Berkeley: University of California Press. 1998.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed PUC-Rio, 2006.

LÊNIN, V.I. “Zamechaniia na proekte Turkestan-skoi komissii, *Polnoe sobranie sochinenii*” 5th ed., vol. 41 (Moscow, 1963), 435–436. In KHALID, Adeb. **Making Uzbekistan: Nation, Empire, and Revolution in the Early USSR**. 1. ed. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2015.

LÊNIN, Vladímir. “To the Communists of Turkestan”. In. LÊNIN, Vladímir. **Lenin’s Collected Works**. 4. ed., Progress Publishers: Moscou, 1965. s.p. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1919/nov/10.htm>. Acesso em: 13 dez. 2021.

LÊNIN. Vladímir. “La révolution socialiste et les droits des nations à disposer d’elles-mêmes – thèses, 1916”. In: LÊNIN, Vladímir. **Questions de la politique nationale et de l’internationalisme prolétarien**. Ed. du Progrès: Moscou, 1968. Disponível em: <https://www.marxists.org/francais/lenin/works/1916/01/19160100>. Acesso em: 13 dez. 2021.

MACKINDER, H.J. **Democratic Ideals and Reality**. A Study in the Politics of Reconstruction, National Defense University Press, 1996.

MEDVEDEV, Zhores. **Um Stalin desconhecido**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MELVIN, Neil. **Authoritarian Pathways in Central Asia: A Comparison of Kazakhstan, the Kyrgyz Republic, and Uzbekistan**. Democracy and Pluralism in Central Eurasia. London: Routledge, 2004.

MERRITT, Robin Nicole. “Facade Democracy: Democratic Transition In Kazakhstan And Uzbekistan”. Master’s thesis, **University of Central Florida**. 2004. Disponível em: <https://stars.library.ucf.edu/etd/143>. Acessado em 22 janeiro de 2022.

MORRISON, Alexander. “How ‘Modern’ Was Russian Imperialism?. Comparative Studies on Regional Powers” **Empire and After: Essays in Comparative Imperial and Decolonization Studies**, Saporó, v. 9, n. 3, p. 1-17, 2012. Disponível em: http://src-h.slav.hokudai.ac.jp/rp/publications/no09/09_01_Morrison.pdf. Acesso em: 31 dez. 2021.

NORTHROP, D. “The Limits of Liberation: Gender, Revolution, and the Veil in Everyday Life in Soviet Uzbekistan” in **Everyday Life in Central Asia**, edited by Jeff Sahadeo and Russel Zanca. Bloomington: Indiana University Press, 2007.

NORTHROP, D. **Veiled Empire: Gender and Power in Stalinist Central Asia**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 2004.

OBLAST. In: **Collins English Dictionary/Webster’s New World College Dictionary**, 2020. Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/oblast>. Acesso em: 27 ago. 2021.

OMELICHEVA, Mariya Y. **Democracy in Central Asia: Competing Perspectives and Alternative Strategies**. Kentucky: University Press of Kentucky, 2015.

PANNIER, Bruce. “Russia: Uzbekistan Renews Old Relations”. **Free Europe-Radio Liberty**. 1999 Recuperado de <https://www.rferl.org/a/1094026.html>. Acesso: 05.02.2022

PANNIER, Bruce. “Uzbekistan: Minister Announces Plans To Quit CIS Defense Pact”. **Free Europe-Radio Liberty**, 2000. Recuperado de <https://www.rferl.org/a/1090491.html>. Acesso: 09.02.2022

PEREIRA, Analúcia. “Notas sobre a questão nacional na URSS: revolução, Estado e autonomia”. In PAZ, Walmaro (Org.). **100 anos da Revolução Russa**. Editora JÁ, Porto Alegre, 2017

PONS, Silvio. **A revolução global: história do comunismo internacional, 1917-1991** Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Brasília-DF: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.

PROKHOROV, A. M. **Great Soviet encyclopedia**. New York, Macmillan. 1973. Disponível em: <https://rus-bse.slovaronline.com/>. Acesso em: 25 fev 2022.

- RASHID, Ahmed. Jihad. **A ascensão do Islã militante na Ásia Central**. New Haven, 2002.
- RODRIGUES, Miguel Urbano. **Nômadas e Sedentários na Ásia Central**. Porto: Lápis de Memórias, 1999.
- ROY, Olivier. **The New Central Asia: The Creation of Nations**. New York. New York University Press, 2000.
- RUTHVEN, Malise. **Atlas histórico do Islã**. Cambridge, MA, 2004.
- SILOVA, I. & PALIANJIAN, G. “Soviet Empire, Childhood and Education” In **Revista Española de Educación Comparada**, No.13, pp. 147-171, 2018.
- SILVA, L. & Oliveira, D. “O Significado Moderno De Revolução”. **Anais do VIII CIH**, Universidade Estadual de Maringá, pp. 33 – 41. 2017. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2017/trabalhos/3630.pdf>. Acesso: 09.02.2022.
- SKOCPOL, Theda. **States and Social Revolutions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- SOUCEK, Svat. **A History of Inner Asia**. England: Cambridge University Press, 2000.
- STALIN J.V. **O Marxismo e Problema Nacional e Colonial**. Editorial Vitória Ltda., Rio, 1946. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/obras/problema/index.htm>. Acesso: 09.02.2022.
- STARR, F. & CORNELL, S. **Uzbekistan’s New Face**, ed. S. Frederick Starr and Svante E. Cornell. London, 2018.
- THE ECONOMIST. “Violence in Kyrgyzstan: Stalin's Harvest”. **The Economist**. 2010. 14 de junho. Disponível em: <https://www.economist.com/node/16364484>. Acesso: 09.02.2022.
- TOKTOGULOV, B. “Uzbekistan’s Foreign Policy Under Mirziyoyev: Change or Continuity?”. **Eurasian Research Journal**, 4 (1), 49-67, 2022. Retrieved from <https://dergipark.org.tr/en/pub/erj/issue/68365/1066059>. Acesso: 09.02.2022.
- VISENTINI, Paulo Fagundes. **Os Paradoxos da Revolução Russa: Ascensão e queda do socialismo soviético (1917-1991)**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.
- VISENTINI, Paulo. “O Impacto das Revoluções na Ordem Mundial: uma ausência nos Estudos de Defesa”. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2016.

VISENTINI, Paulo. “O Terceiro Paradigma das Relações Internacionais”. **Cadernos de Relações Internacionais e Defesa**, v. 1, n. 1, p. 40-56, 9 set. 2019.

VISENTINI, Paulo. “Revoluções e Relações Internacionais: Contribuições e Carências do Marxismo”, In BUGIATO, Caio (Org.). **Marxismo e Relações Internacionais**. Editora Phillos Academy, Goiânia, 233-248, 2020.

WEITZ, Richard. “Uzbekistan’s New Foreign Policy: Change and Continuity under New Leadership”. In STARR, F. & CORNELL, S. **Uzbekistan’s New Face**, ed. S. Frederick Starr and Svante E. Cornell. (82–114). London, 2018.

WELTER, Gustave. **Historia de la Rusia Comunista (1917-1935)**. Madrid/Barcelona: Joaquim Gil Editora, 1936.

WIGHT, Martin. **Power Politics**. Harmondsworth: Holmes & Meier, 1978.

WOOD. Alan. **As Origens Da Revolução Russa**. Editora Ática, São Paulo, 1991.